



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GESTÃO PÚBLICA

Pelotas, RS

2022

Reitora: Profa. Dra. Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora: Profa. Dra. Ursula Rosa da Silva

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Dra. Maria de Fátima Cóssio

Diretora: Profa. Dra. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia

Diretora Adjunta: Profa. Dra. Andyara Lima Barbosa

Coordenador: Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Marcio Barcelos

Secretário do Curso: Yuri da Silva Serafim

Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Portaria CCSO n. 32 de 15 de Junho de 2021

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente)

Prof. Dr. Dary Pretto Neto

Profa. Ma. Flavia Braga de Azambuja

Prof. Dr. Marcio Barcelos

Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto

Comissão de Elaboração do PPC – Portaria CCSO n. 17 de 26 de Março de 2021

Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente)

Prof. Dr. Marcio Barcelos

Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.....	1
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL.....	1
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas.....	2
1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	10
1.2.1. Dados de Identificação do Curso.....	10
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	10
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Gestão Pública.....	11
1.2.3. Legislação considerada no PPC	12
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC.....	15
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO	18
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO	19
2.5. OBJETIVOS DO CURSO	20
2.6. PERFIL DO EGRESSO	21
2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	22
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	24
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR	24
TABELA 1: CARGA HORÁRIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL.....	25
GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL POR CARGA HORÁRIA.....	27
3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR	32
TABELA 2: SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	32
3.3. MATRIZ CURRICULAR	32
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR.....	33
3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO	36
3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS.....	37
QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	37

3.6. ESTÁGIOS.....	38
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	40
3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	40
QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	44
TABELA 3: SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	47
3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO.....	48
3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	49
QUADRO 6: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	49
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	84
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS	84
TABELA 4: RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019)	84
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.....	88
4.3. APOIO AO DISCENTE	90
FIGURA 1: CAFÉ COM A DIREÇÃO.....	93
FIGURA 2: CONEXÃO CCSO.....	93
FIGURA 3: ACOLHIDA CCSO	94
5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	95
5.1. COLEGIADO DO CURSO	95
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	97
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO.....	99
6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	100
7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	101
QUADRO 7: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS EM 2021	102
FIGURA 4: AULA MAGNA COM LAURA CARVALHO (USP)	103
8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO	104
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	105
10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	107
11. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	109
II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	111
TABELA 5: DOCENTES DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA.....	111
III - INFRAESTRUTURA	113

FIGURA 5: MAPA DO CAMPUS ANGLO.....	113
FIGURA 6: PRÉDIOS DO CAMPUS ANGLO.....	114
FIGURA 7: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	115
FIGURA 8: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO	116
FIGURA 9: AUDITÓRIO NO 4º ANDAR DO CAMPUS ANGLO	117
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE 1 - Modelo de Requerimento de Atividades Complementares.....	123
APÊNDICE 2 – Relatório Referendado de Bibliografias.....	125

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas –UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242.080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3284.4000	
	Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2018
IGC Contínuo:	3,5277	2018
Reitora: Isabela Fernandes Andrade	Gestão 2021-2024	

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas¹

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criada, em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica.

Em 1967, o decreto nº 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passaram de cursos a faculdades. Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade. Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

E outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel. De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e

¹ O texto que segue foi retirado na íntegra do sítio eletrônico da UFPel. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico>. Acesso em 20/08/2021.

defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel.

A área agrária, portanto, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, deu grande contribuição para a formação da Universidade. Mas também foram relevantes a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Como contrapartida, essa estrutura, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, é decisiva para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia, no Capão do Leão. Na sequência, ocuparam o cargo de reitor os professores Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997), Inguelore Scheunemann de Souza (1997-out/2004), André Luiz Haack (dez/2004 a janeiro/2005 – pro tempore), Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-2009 e 2009-2013), Mauro Augusto Burkert Del Pino (2013-2017), Pedro Rodrigues Curi Hallal (2017-2021) e Isabela Fernandes Andrade (atual).

Como vice-reitores, figuram os nomes dos professores Renato Rodrigues Peixoto, Alexandre Valério da Cunha, Guido Kaster, Clinéia Campos Langlois, Léo Zilberknop, Paulo Eduardo Brenner Soares, Luiz Henrique Schuch, Daniel de Souza Soares Rassier, José Carlos da Silveira Osório, Jorge Luiz Nedel, André Luiz Haack, Telmo Pagana Xavier, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Carlos Rogério Mauch, Denise Gigante e Luís Isaías Centeno do Amaral e Úrsula Rosa da Silva.

Estruturação e Desenvolvimento

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012), em seu livro “UFPel: 30 Anos”, após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da

Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento. Os relatos são subsidiados pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado “Um breve histórico” (págs. 29 a 48).

De acordo com as informações contidas no artigo, foram então criados o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e Geociências, o Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto nº 65.881/69, que estabeleceu a estrutura da nova Universidade.

As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos, algumas a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; outras, pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades.

Assim, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo surgiu em 1988, desvinculando-se do Instituto de Letras e Artes, que, por sua vez, havia sido criado em 1970, como Instituto de Artes, abrangendo a antiga Escola de Belas Artes, D. Carmen Trápaga Simões.

A Reforma do Ensino, criando a necessidade de que se formassem profissionais nessa nova área, estimulou a criação da Escola Superior de Educação Física, que data de 1971. As disciplinas da área de pedagogia, que se encontravam ligadas à Faculdade de Ciências Domésticas, deram origem a uma unidade específica, a Faculdade de Educação, constituída em 1976.

A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (hoje Faculdade de Enfermagem) originou-se do Curso de Enfermagem, transformando-se em unidade independente em 1988. O Curso de Nutrição foi criado em 1974, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, depois, à Faculdade de Medicina, transformando-se em Faculdade de Nutrição em 1988.

A Engenharia Agrícola iniciou seu curso em 1973, o primeiro do gênero no país; foi transformada em Faculdade no ano de 1988. O Curso de Meteorologia iniciou suas atividades em 1979, para atender à demanda de profissionais para a região sul do Brasil, transformando-se em faculdade em 1989.

Como órgãos suplementares, faziam parte da UFPel, segundo o Estatuto da Fundação, a Estação Experimental de Piratini, A Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul), a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu, e a Casa para Estudantes. Como órgãos complementares, constavam o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural.

O processo de unificação dos cursos, unidades e órgãos dos mais variados, que formavam o espólio recebido pela nova universidade, não foi tarefa fácil de ser executada. Isso porque a própria forma de sua criação e o momento político em que ela ocorreu não permitiram que o seu desenvolvimento seguisse um plano diretor. Sendo assim, não havia como unificar setores, anteriormente isolados, com regimes e experiências diferentes, num todo harmônico e coerente, dentro de uma proposta universitária pensada e gestada pelas comunidades interna e externa.

Nascida no contexto da Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros, os quais nortearam a sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

A exemplo do que ainda acontece nos dias atuais, uma das principais questões que monopolizava as atenções nas primeiras décadas de existência da Universidade era a inadequação da estrutura física, dividida em vários locais, dos quais o principal ficava no município do Capão do Leão (emancipado de Pelotas em 1982), compreendendo a Reitoria e demais órgãos administrativos – transferidos do histórico prédio utilizado inicialmente, na praça Sete de Julho –, algumas faculdades e cursos básicos. Além desses, existiam várias outras unidades espalhadas pela zona urbana, além do CAVG, localizado quase em polo oposto da cidade. No entanto, as dificuldades de ordem internas e financeiras se fizeram sentir, impedindo mudanças definitivas na localização espacial da UFPel, situação que perpassou todas as gestões administrativas. Por fim, a instituição resignou-se a ter vários campi, distribuídos entre a zona urbana e rural.

O processo de expansão

Depois de décadas caracterizadas por um crescimento permanente, porém cadenciado, a Universidade experimentou, nos últimos anos, uma expansão sem precedentes, deflagrada a partir de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. O número de cursos saltou de 58 para 96, enquanto o número de estudantes cresceu de cerca de oito mil para mais de 16 mil.

O fim do concurso Vestibular e a consequente adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação, deu à comunidade discente da UFPel uma nova configuração: a multiplicidade de sotaques, origens e características culturais, uma vez que os

novos estudantes são oriundos de quase todos os estados da Federação e, ao ingressarem na Universidade, trazem consigo as influências regionais.

Para fazer frente à nova configuração acadêmica da instituição, tornou-se necessário expandir a área física. Áreas antes ocupadas por iniciativas do segmento empresarial, que no passado ditaram o desenvolvimento econômico do município, mas que sucumbiram diante de sucessivas crises, foram adquiridas e começam a ganhar vida, agora destinadas à Academia.

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência.

Atualmente a Universidade conta com quatro campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. A UFPEL tem 22 unidades acadêmicas e conta com 96 cursos de Graduação presenciais, sendo 66 bacharelados, 22 licenciaturas, oito tecnólogos e três cursos de graduação a distância, em 117 polos. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Na área da pesquisa, estão em andamento 2.698 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, além de milhares de projetos de extensão voltados para a inserção da universidade na comunidade local. Em números de recursos humanos a UFPel conta, atualmente, com:

- Estudantes de Graduação | 16.461
- Estudantes EAD | 1.763
- Estudantes de Doutorado | 1.034
- Estudantes de Mestrado | 1.174
- Estudantes de Especialização | 285
- Estudantes de Mestrado Profissional | 110
- Docentes | 1.356
- Servidores Técnicos Administrativos | 1.332
- Professores Substitutos | 99

Em termos de estrutura física, contamos atualmente com área construída de aproximadamente 211.106,22 m². A UFPel conta com prédios distribuídos em diversos locais, principalmente no município de Pelotas e município do Capão do Leão. Os alunos da Universidade Federal de Pelotas contam atualmente com aproximadamente 398 salas de aula que representam uma área de 19.540,93 m², 9 bibliotecas que somam 3.928,96 m², 700 laboratórios, ambientes e cenários de prática didática que totalizam 20.892,24 m², 15 auditórios ou 1.960,98 m², três restaurantes escola ocupando 1.605,34 m² e uma casa do estudante com 1.943,63 m².

Como área administrativa, são utilizadas 1.331 instalações que ocupam somadas 32.089,36 m². As unidades acadêmicas estão distribuídas no município de Pelotas: Centro de Artes (CA), Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). As unidades acadêmicas que estão situadas no município do Capão do Leão são: Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet) e Instituto de Biologia (IB).

No município do Capão do Leão também está localizado o Centro Agropecuário da Palma com 1.256 ha de área, responsável pelo apoio às atividades de produção, de ensino, de pesquisa e de extensão da área de ciências agrárias, com 72 prédios, que totalizam 8.912 m² de área construída. O Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec) e Instituto de Física e Matemática (IFM) possuem cursos em ambos os municípios (Pelotas e Capão do Leão). O Centro de Integração do Mercosul (CIM) possui cursos em Pelotas, Pinheiro Machado e Eldorado do Sul.

Além dos campi, a Universidade também tem sob seu controle as seguintes áreas: Barragem Eclusa do Canal São Gonçalo, com 29 ha e 8.762,25 m² de área construída (seis prédios), instalada no município do Capão do Leão, Barragem de Irrigação do Arroio Chasqueiro, com 1.915 ha e 835,84 m² de área construída (cinco prédios), situada no município de Arroio Grande, com os postos meteorológicos de Santa Vitória do Palmar e de Santa Isabel, respectivamente com 96,42 m² e 59,48 m² de área construída.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Gabinete do Reitor: 3284-4001

Reitora: Isabela Fernandes Andrade

Conselho Diretor da Fundação | Úrsula Rosa da Silva – Presidente

Conselho Universitário – CONSUN | Isabela Fernandes Andrade – Presidente

Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE | Úrsula Rosa da Silva – Presidente

Gabinete do Vice-Reitor: 3284-4030

Vice-Reitora: Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitor de Ensino – PRE | Maria de Fatima Cossio – Fone: 3284 4060

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPPGI | Flávio Fernando Demarco – Fone: 3284 4080

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis – PRAE | Fabiane Tejada da Silveira – Fone 3284 4040

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – PROGEP | Taís Ullrich Fonseca – Fone: 3284 3971

Pró-Reitor Administrativo – PRA | Ricardo Hartlebem Peter – Fone: 3284 3920

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN | Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito) – Fone: 3284 3950

Pró-Reitora de Extensão e Cultura – PREC | Eraldo dos Santos Pinheiro – Fone: 3284 3090

Diretor de Gabinetes da Reitoria | Aline Ribeiro Paliga – Fone: 3284 4000

Assessor do Reitor | Marco Aurélio Romeu Fernandes – Fone:32844000

Assessor do Vice-Reitor | Silvana Paiva Orlandi – Fone: 32844030

UNIDADES ACADÊMICAS

Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos – CCQFA | Prof. Rui Carlos Zambiasi – Diretor

Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO | Profª. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia – Diretora

Centro das Engenharias – CENG | – Diretora

Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDTEC | Prof. Marilton Sanchotene de Aguiar – Diretor

Centro de Letras e Comunicação – CLC | Prof^a. Vanessa Doumid Damasceno – Diretora

Centro de Artes – CA | Prof^a. – Diretora

Centro de Integração Mercosul – CIM | Prof. Javier Eduardo Silveira Luzardo – Diretor

Escola Superior de Educação Física – ESEF | Prof. Eduardo Merino – Diretor

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – FAEM | Prof. Dirceu Agostinetti – Diretor

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAURB | Prof. Mauricio Couto Polidori – Diretor

Faculdade de Direito – FD | Prof. Pedro Moacyr Perez da Silveira – Diretor

Faculdade de Educação – FAE | Prof. Álvaro Luiz Moreira Hypolito – Diretor

Faculdade de Enfermagem – FEN | Prof^a. Valéria Cristina Christello Coimbra – Diretora

Faculdade de Medicina – FAMED | Prof^a. Julieta Maria Carriconde Fripp – Diretora

Faculdade de Meteorologia – FMET | Prof. Fabrício Pereira Harter – Diretor

Faculdade de Nutrição – FN | Prof^a. Silvana Paiva Orlandi – Diretora

Faculdade de Odontologia – FO | Prof. Evandro Piva – Diretor

Faculdade de Veterinária – FVET | Prof. Gilberto D’Ávila Vargas – Diretor

Instituto de Biologia – IB | Prof. Luiz Fernando Minello – Diretor

Instituto de Ciências Humanas – ICH | Prof. Sebastião Peres – Diretor

Instituto de Física e Matemática – IFM | Prof. Willian Silva Barros – Diretor

Instituto Filosofia, Sociologia e Política – IFISP | Prof. João Francisco Nascimento Hobuss – Diretor

1.2. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1.2.1.Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: GESTÃO PÚBLICA	
Código: 120803	
Unidade: CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS - UFPel	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 01 – Quarto andar – campus Porto CEP 96010-610 – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil	Fone: + 55 53 3284-3857 site: wp.ufpel.edu.br/gestaopublica e-mail: colegiadosccso@gmail.com
Diretora da Unidade: Isabel Cristina Rosa Barros Rasia	Gestão: 2021-2025
Coordenador do Colegiado: Daniel Lena Marchiori Neto	Gestão: 2020-2022
Número de Vagas do Curso: 55	Modalidade: presencial
Regime Acadêmico: semestral	Carga Horária Total: 1770
Turno de Funcionamento: vespertino	Tempo de Integralização: Mínimo: 5 semestres Máximo: 9 semestres
Titulação Conferida: Tecnólogo em Gestão Pública	
Ato de autorização do Curso: Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) no dia 02 de junho de 2021 (Processo UFPel 23110.008707/2006-16).	
Reconhecimento do Curso: Reconhecimento de Curso Portaria nº 122 de 05/07/2012 Publicação: 06/07/2012.	
Resultado do ENADE: 3	
Conceito de Curso (CC): 4	
Formas de ingresso: SiSU (44 vagas), PAVE (11 vagas) e demais formas constantes no Título II da Resolução COCEPE n. 29/2018.	

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Gestão Pública

A formação acadêmica na área Gestão Pública na UFPel nasceu no ano de 2007, com a criação do Curso Sequencial Superior de Gestão Pública. Foi concebido a partir da demanda de um número significativo de servidores da instituição por aperfeiçoamento de suas rotinas de trabalho. Devido ao sucesso desta iniciativa, o projeto foi reformulado, passando da categoria *Sequencial de Formação Específica* para *Superior de Tecnologia* (Tecnólogo), ambos igualmente de nível superior. A mudança decorreu da criação do Curso Tecnológico - Lei 5.692/71, modificado pelas Leis n. 9.131/95 e 9.394/96 e pelo Decreto nº 2.406, de 27.11.97, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC n. 1.647, de 25.11.99. Atendendo à legislação da época, CNE/CP 3 de 18.12.2002, o Curso corresponde à educação profissional de nível tecnológico, sendo designado como Curso de Gestão Pública.

De uma primeira turma basicamente fechada, com 20 vagas para a própria UFPel, 20 vagas para o IFSul e 20 vagas para a comunidade em geral, formada em dezembro de 2009, passou a ser um curso regular com 50 vagas. Atualmente, são oferecidas 55 vagas, sendo 44 por ingresso via SiSU-MEC (Sistema de Seleção Unificada) e 11 pelo PAVE-UFPel (Programa de Avaliação da Vida Escolar).

O Curso está lotado no Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), unidade acadêmica criada pela Resolução n. 49/2021 do CONSUN, que veio a suceder a extinta Faculdade de Administração e de Turismo. Cabe ressaltar que o CCSO conta também com um curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e um curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). A consolidação do Curso de Gestão Pública é o reconhecimento, por parte da Universidade, de uma demanda constante na área pública, que apresenta, tanto nacionalmente quanto na própria cidade de Pelotas, uma diversidade grande de organizações que demandam mão de obra qualificada, as quais o Curso pretende atender.

Desta forma, está estruturado para atender aos diversos setores da área governamental e do terceiro setor. Seguindo a Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021, busca incentivar o desenvolvimento da atividade gerencial e política do setor público com vistas a articular o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos locais. Através de atividades interdisciplinares, o Curso possibilita ao aluno o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas para a gestão de processos e a produção de bens e serviços promovendo o desenvolvimento sustentável do país. Palestras, dinâmicas e visitas técnicas são oferecidas

buscando propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias, atendendo a demandas da sociedade, do mundo do trabalho e do meio acadêmico.

1.2.3. Legislação considerada no PPC

Considerando o que está descrito e referenciado ao longo deste PPC, o Curso de Gestão Pública da UFPel foi concebido de acordo com os seguintes dispositivos legais ou normas internas da instituição:

- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- BRASIL. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.
- BRASIL. Documento INEP, de 2015. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- BRASIL. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Decreto Presidência da República n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Despacho do MEC, de 24 de Dezembro de 2020. Homologa o Parecer CNE/CES n. 498/2020, da Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que trata da proposta de prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, consoante Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo n. 23000.000601/2020-60.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- BRASIL. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- BRASIL. Documento MEC/SERES/SETEC. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª ed.
- BRASIL. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.
- BRASIL. Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
- BRASIL. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.
- UFPel. 1969. Estatuto da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. 1977. Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. Resolve criar “ad referendum” o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 04, de 08 de junho de 2009. Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da UFPel.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 10, de 19 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas.

- UFPel. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel).
- UFPel. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância.
- UFPel. Resolução COCEPE/PRE n. 29, de 13 de setembro de 2018. Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.
- UFPel. Resolução COCEPE n. 30, de 3 de fevereiro de 2022 (Dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e dá outras providências).
- UFPel. Documento PRE/CEC, de março de 2019. Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPel.
- UFPel. Documento PREC, de 02 de maio de 2019. Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

Em janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que definiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Além da necessidade de adequação do PPC do Curso de Gestão Pública frente a esse documento, merece destacar três fatores que motivaram a reformulação curricular. Primeiro, a necessidade de atender à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, que estabeleceu um percentual mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação dedicados à extensão universitária. Segundo a necessidade de padronizar as cargas

horárias seguindo as instruções normativas da UFPel. Por último, e não menos importante, a transformação da Faculdade de Administração e de Turismo (FAT) em Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO), com a consequente extinção dos Departamentos.

Neste sentido, por iniciativa da Direção do Centro e das coordenações de curso, foram criadas comissões para elaborar minutas para os novos PPCs dos cursos do CCSO. Além de atualizar os currículos, as mudanças tinham por objetivo também reorganizar a sistematização das ofertas e dos encargos didáticos, tornar os cursos mais flexíveis e integrados.

A Portaria Interna CCSO n. 17, de 26 de março de 2021, formalizou a comissão no âmbito do Curso de Gestão Pública, sendo composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente da Comissão), Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto. O trabalho da comissão se deu em grande sintonia com as demais, no intuito de reunir esforços e potencializar a alocação do corpo docente, compartilhado entre todos os cursos do CCSO.

Além disto, é importante ressaltar que o trabalho da comissão foi acompanhado de perto pelo Núcleo Docente Estruturante, a partir de uma agenda intensa de reuniões de trabalho. Debateu-se com profundidade a adequação deste projeto à legislação federal e às normas da UFPel, sendo igualmente consideradas as normas do Sistema de Educação Superior em concordância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

As discussões contaram também com a participação estudantil. Foram organizadas reuniões com os estudantes discutir o documento, bem como com a equipe de professores do Curso e técnicos-administrativos em educação que atuam na Secretaria Acadêmica. Após ampla reflexão acerca das atualizações necessárias para adaptar o Curso às necessidades impostas, a versão final do PPC foi elaborada pelo NDE e aprovada pelo Colegiado do Curso, seguindo para aprovação nas demais instâncias da UFPel.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Este PPC foi elaborado em consonância com as políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel vigente² e no Projeto Pedagógico Institucional (2013). A principal articulação do PPC com as políticas da UFPel diz respeito a assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o equilíbrio entre os diferentes pilares da universidade pública e buscando contribuir com o desenvolvimento regional.

Para isso, as práticas de ensino contemplam a união entre teoria e prática, o fomento à reflexão crítica e à criação de ações transformadoras. Com vistas à promoção de condições de trabalho aos docentes e de estudo aos discentes, o Curso conta com programas de monitoria remunerada e voluntária, com a atuação da Câmara de Ensino do CCSO, com projetos regulares de ensino promovidos por docentes do Curso, dentre outras ações.

O PDI da UFPel (2021) também institui o objetivo de consolidar políticas para a educação à distância, integrando as inovações proporcionadas por esta modalidade ao ensino presencial. Nesse sentido, a maioria das disciplinas do Curso de Gestão Pública são compostas por 5 (cinco) créditos, dentre os quais 4 (quatro) se dão no ensino presencial e 1 (um) acontece por educação à distância. Dessa forma, são oportunizadas novas possibilidades de uso de mídias e outras tecnologias da educação, objetivo também previsto pela UFPel em seu PDI (2021).

Em consonância com o compromisso da UFPel com a diversidade e a diferença, apresenta práticas de inclusão já consolidadas, oferecendo semestralmente reserva de vagas para pessoas com deficiência e participa de processos seletivos especiais para ingresso de estudantes quilombolas e indígenas, além de outras modalidades constantes no Título II da Resolução COCEPE n. 29/2018. II. Para atender os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, o Curso conta com o apoio sistemático do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

Em relação à pesquisa, os estudantes são estimulados à iniciação científica nas disciplinas e em projetos de pesquisa liderados pelos docentes do Curso, conduzidos nas mais diversas áreas do campo de públicas. A existência de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* no CCSO contribui para a integração entre cursos de graduação, de especialização e de

² Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021.

mestrado e com a produção coletiva do conhecimento, sem contar também a atuação da Câmara de Pesquisa e Inovação do CCSO.

No que concerne à extensão, o Curso de Gestão Pública conta com um Programa “Gestão Pública em Ação”, que tem por objetivo centralizar ações de extensão no âmbito do Curso, apoiando iniciativas de inovação tecnológica e de desenvolvimento regional. A integralização da extensão, pensada a partir de disciplinas obrigatórias, proporciona também a relação direta entre ensino, pesquisa e extensão e fortalece a participação da universidade o desenvolvimento regional.

O PPI da UFPel (2013, p.08) assume que “os cursos de graduação devem ter como objetivo geral a formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção no mundo do trabalho, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, do ponto de vista do conteúdo, sem descuidar de seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico”. As práticas pensadas para articulação entre ensino, pesquisa e extensão no Curso de Gestão Pública vão ao encontro desta função prevista.

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

Em primeiro lugar, é necessário situar o Curso de Gestão Pública em um contexto amplo. A área de gestão pública está em expansão no Brasil nas últimas duas décadas, a despeito dos entraves e adversidades do período mais recente. Os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e a ampliação do rol de políticas públicas a partir dos anos 1990 e principalmente 2000 colocaram a qualificação da gestão pública como desafio a ser enfrentado pelas instituições de Ensino Superior no Brasil.

A partir dos anos 2010 ganha força o processo de institucionalização do chamado “campo de públicas” (COELHO et al., 2020), passando a caracterizar uma identidade coletiva e uma comunidade científica em construção no país. Esta comunidade, firmemente baseada no interesse público e nos valores republicanos, caracteriza-se por ser um campo multidisciplinar “de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” (Resolução Nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 13/01/2014). Esta multiplicidade de nomenclaturas ilustra uma ideia de unidade na diversidade, onde interesse público e valores

republicanos estão na base da resposta à complexificação dos papéis do setor público, os arranjos entre os diversos níveis de governo – e suas múltiplas organizações – com organizações da sociedade civil, terceiro setor e setor privado.

O Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas, portanto, está articulado com este movimento de construção que vem ocorrendo no Brasil. Este movimento de construção por sua vez responde a transformações globais que dizem respeito a um reposicionamento em relação ao papel do Estado e à construção de capacidades estatais e de planejamento capazes de dar respostas aos imensos desafios que se colocam para a humanidade no próximo período. Tome-se como exemplo – dentre muitos que poderiam ser citados – o processo de mudança climática em ritmo acelerado, conforme demonstra o último relatório parcial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (SHUKLA et al., 2020). Nesse contexto, o Brasil enfrentará enormes desafios no que diz respeito a questões ambientais, de desenvolvimento, e de necessidade de melhoria das capacidades estatais. Coloca-se, portanto, como necessidade estratégica para o país a formação de quadros técnicos especializados capazes de atuar nos temas e assuntos relacionados à dimensão do público, em seus diversos formatos.

O Curso de Gestão Pública é concebido, portanto, com foco na qualificação técnica e profissional para a atuação pública, sendo firmemente estruturado na concepção de espírito republicano. Seus componentes curriculares são marcados por um recorte interdisciplinar que reflete as relações humanas, sociais, políticas, jurídicas e econômicas do setor público. Desta forma, pretende habilitar profissionais com formação humanística, técnica e científica necessárias para atuar, dentro dos princípios éticos e da responsabilidade social, com os desafios que o país enfrenta na conformação de políticas públicas.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Curso de Gestão Pública da UFPel tem uma contribuição importante para o desenvolvimento local e regional. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do município vem avançando na última década, ainda que de forma lenta. De acordo com os dados do IBGE, compilados pelo SEBRAE (2019), este índice em 2008 era de 0,64, tendo avançado, em 2018, para 0,72. Isto coloca a cidade em um patamar médio de desenvolvimento

socioeconômico. Nesse sentido é importante destacar a participação da UFPel em parceria com a Associação dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul (AZONASUL). A universidade, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, mantém o Programa de Desenvolvimento Social nos Municípios da AZONASUL. O Curso de Gestão Pública, assim, oferece a possibilidade de uma formação profissional que contribua para a qualificação da gestão pública em nível local e regional.

Outro aspecto a ser destacado como justificativa para o Curso diz respeito a área de atuação dos egressos. Os profissionais poderão atuar nas mais diversas áreas que tenham relações com a coisa pública. A formação de quadros profissionais com inteligência estratégica e comprometidos com eficiência, eficácia e efetividade das ações públicas abre um leque de possibilidades de atuação. Além do setor público-estatal, destaca-se as oportunidades em organizações não-governamentais, no setor público não-estatal, no terceiro setor, movimentos sociais, assessoria a partidos políticos, gestão de projetos sociais. Além disso, considerando-se a complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, abrem-se possibilidades de atuação em empresas que atuam em atividades reguladas pelo Estado, como energia, telecomunicações, dentre outras, ou que se dedicam à prestação de serviços públicos, como concessões, terceirizações e consultorias.

Finalmente, e não menos importante, deve-se destacar o compromisso com a gestão pública democrática cidadã e firmemente estruturada com base em critérios de *accountability*. O município de Pelotas tem um histórico respeitável de inovações em gestão pública participativa, com experiências que remontam à década de 1980. Nesse sentido, o Curso de Gestão Pública busca aliar a dimensão técnica e gerencial com a dimensão política e de ampliação da participação da sociedade na gestão pública

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos aqui expressos foram elaborados em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas e com base nos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 01, de 05/01/2021.

O Curso de Gestão Pública possui como **objetivo geral** formar profissionais capazes de atuar com competência técnica junto aos diversos entes – estatais e não estatais – que atuam na gestão pública, sendo capazes de planejar, formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas nas mais diversas áreas setoriais, levando em consideração as particularidades locais e regionais.

Considerando o objetivo geral acima exposto, o apresenta 5 (cinco) objetivos específicos, como forma tanto de atingir o objetivo geral quanto subprodutos deste:

- Preparar profissionais com sólida compreensão das interações entre Estado e Sociedade, sob o prisma jurídico, político, econômico e social;
- Preparar profissionais que possam exercer funções de liderança na promoção de políticas públicas e na justiça socioambiental;
- Oferecer aos estudantes a oportunidade de formação interdisciplinar de natureza técnico-científica, cultural e humanística, ampliando os horizontes na percepção da realidade e na inserção no mundo do trabalho;
- Colaborar para a construção na Educação Superior brasileira de um *ethos* voltado à qualificação das capacidades estatais, mediante a articulação com outras instituições e cursos do campo de públicas;
- Contribuir para a formação/desenvolvimento de pessoas que sejam aptas à construção de uma gestão pública cidadã e republicana, nos quais a participação democrática da sociedade seja um fator fundamental na formulação e implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas setoriais.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Gestão Pública, seguindo o que estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST/MEC, 2016), bem como a Resolução CNE/CP Nº 1 de 05/01/2021, traça como perfil do egresso um profissional habilitado a planejar, formular, implementar, monitorar e avaliar políticas, programas e ações relacionadas à gestão pública,

com base em princípios republicanos e democráticos. Sendo assim, esses profissionais serão capazes de atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), nas esferas federal, estadual e municipal;
- Entidades da Administração Pública Indireta (Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações);
- Organizações Não Governamentais ligadas à promoção de diferentes tipos de políticas públicas, incluindo associações, fundações, movimentos e projetos sociais, com especial ênfase para as entidades voltadas à proteção do meio ambiente;
- Organizações de representação política, profissional e de promoção à cidadania, tais como partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, conselhos;
- Setores de empresas privadas voltados às relações governamentais e responsabilidade social corporativa;
- Organizações internacionais;
- Instituições de ensino e de pesquisa.

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As seguintes competências serão desenvolvidas pelo discente, articulada com necessidades locais e regionais e condizentes com demandas apresentadas pelo mundo do trabalho:

- Planejar, formular, implementar, desenvolver, monitorar e avaliar políticas públicas em diversas áreas e diferentes setores (público e privado);
- Aprender a escrever com erudição, concisão, clareza e coerência e expressar-se com base na oratória e retórica;
- Entender os conhecimentos jurídicos necessários para a área de políticas públicas, incluindo os relacionados aos direitos humanos, direito constitucional, direito administrativo e direito financeiro;

- Compreender o fenômeno do Estado e suas relações com a sociedade, com forte embasamento na ciência política e na teoria do Estado;
- Entender as dinâmicas da comunidade regional e local em que se encontra inserido;
- Compreender a função dos movimentos sociais na construção da cidadania;
- Entender a estrutura e o funcionamento da administração pública, incluindo fundamentos das relações organizacionais e da gestão estratégica de seus custos;
- Compreender os aspectos econômicos das políticas públicas, incluindo conhecimentos sobre economia do setor público e economia solidária;
- Ter conhecimento de como realizar um trabalho científico na área de políticas públicas.

Em relação às habilidades, os tecnólogos em Gestão Pública deverão:

- Ser capazes de atuar com autonomia no planejamento, formulação, implementação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, tanto no setor público quanto privado, com especial foco nas ações de natureza socioambiental;
- Ser capazes realizar leitura crítica e avaliação de dados sociais, políticos e econômicos envolvendo políticas públicas, por meio de análises, relatórios e pareceres;
- Ser capazes de escrever e expressar-se corretamente, para o bom desempenho de sua atividade profissional;
- Ser capazes de desenvolver políticas públicas de natureza específica, levando em consideração as particularidades e necessidades da realidade local e regional;
- Ser capazes de desenvolver um trabalho científico de políticas públicas, o que inclui a redação e publicação de artigo científico, além de projeto de mestrado a ser submetido em programa de pós-graduação em políticas públicas ou áreas afins.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

O projeto pedagógico do Curso de Gestão Pública assenta-se no art. 207 da Constituição Federal de 1988, que tem no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão um dos pilares da educação superior. Direciona sua formação aos princípios da cidadania, do respeito à diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero, à promoção dos direitos humanos, à busca da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, almejando um equilíbrio entre as demandas propostas pelo mercado de trabalho e a sociedade.

Os componentes curriculares procuram desenvolver as habilidades e competências necessárias para o Tecnólogo em Gestão Pública de forma crítica e interdisciplinar, buscando sempre unir teoria à prática. Os componentes formam eixos estruturantes da organização curricular, sendo planejados de acordo com os seus níveis de aprofundamento e complexidade.

Desta forma, a estrutura curricular deste PPC está em conformidade com o art. 122 do Regulamento de Graduação da UFPel (2018). O equilíbrio nas atividades de ensino, pesquisa e extensão é proposto a partir do acesso dos discentes a disciplinas obrigatórias, optativas e a projetos unificados nos três eixos (ensino, pesquisa e extensão), visando à aplicação do conhecimento adquirido em demandas reais identificadas na sociedade.

O currículo anterior estava organizado em 4 (quatro) semestres com carga horária total de 1.650 horas. Sendo um curso vespertino, percebia-se uma elevada concentração de disciplinas obrigatórias no primeiro ano do Curso (12 no total). Isto impunha uma grande dificuldade, visto que a maioria dos alunos, infelizmente, é obrigada a conciliar os estudos com o trabalho. Eram poucos os que conseguiam, de fato, integralizar o curso nos 2 (dois) anos previstos.

Por isto, o atual PPC está organizado em 5 (cinco) semestres, sendo o último uma janela destinada a duas disciplinas optativas³. Desta forma, haverá espaço para que o aluno que eventualmente possua pendências possa realizar a matrícula dos componentes que lhe faltam

³ É importante apontar que o Fluxograma do Curso (item 3.4 deste PPC) prevê a realização de dois componentes curriculares 5 créditos, num total de 150 horas.

para a formatura sem sobrecarga. Para viabilizar esta organização, foi incluído um semestre adicional e elevada a carga horária de 1.650 para **1.770 horas**.

A carga horária mínima dos Cursos Tecnólogos de Gestão Pública, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores (MEC/SERES/SETEC), é de 1.600 horas. O art. 174, parágrafo primeiro, do Regimento da UFPel diz que “a duração de cada curso não poderá exceder de 5% (cinco por cento) do tempo útil previsto pelo Conselho Federal de Educação”. Uma interpretação literal do Regimento possivelmente sugere que a duração do Curso de Gestão Pública da UFPel deveria ser de no máximo 1.680 horas.

Contudo, não se pode ignorar a importância balizadora dos princípios da *razoabilidade*, *proporcionalidade* e *interesse público* no âmbito administrativo. Neste caso, deve-se destacar que esse excedente de 90 horas atendeu fundamentalmente a um critério qualitativo, buscando melhorar a qualidade do ensino oferecido pela universidade. Os componentes curriculares, em geral, passaram de 4 para 5 créditos porque conteúdos foram sintetizados e reorganizados, abrindo espaço para a inclusão de novas temáticas, naquilo que pode ser considerado o melhor e mais relevante no atual estado de arte do *campo de públicas*.

Além disto, o próprio aumento, em si, não pode ser considerado muito expressivo quando comparado com a carga horária de cursos congêneres. No levantamento realizado na Tabela 1, verificou-se que a média nacional é de 1.870 horas. **Ou seja, mesmo com o incremento de 90 horas, o currículo da UFPel está 100 horas abaixo da média dos cursos tecnólogos de Gestão Pública de instituições públicas de ensino superior do Brasil.**

TABELA 1: CARGA HORÁRIA DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL

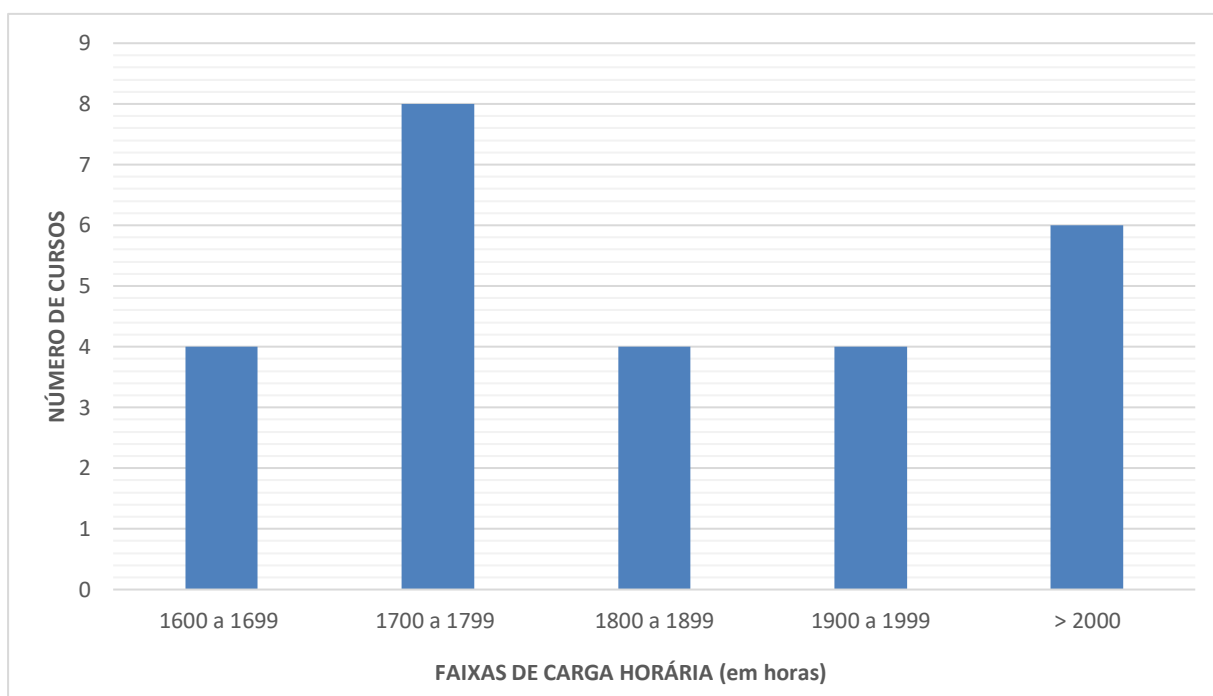
Estado	Instituição	Carga Horária
AM	Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1800
BA	Universidade Federal da Bahia - UFBA	1751
BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB	1870
DF	Instituto Federal de Brasília - IFB	1630

GO	Universidade Estadual de Goiás - UEG	1784
MA	Instituto Federal do Maranhão - IFMA	2130
MG	Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	1725
MG	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	1640
MT	Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT	2033
PB	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	1830
PB	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2100
PR	Instituto Federal do Paraná - IFPR	1740
PR	Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP	1980
PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	1980
PR	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	1600
PR	Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO	1980
RN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN	2174
RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN	1710
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	1800
RO	Instituto Federal de Rondônia - IFRO	2520
RR	Instituto Federal de Roraima - IFRR	1720
RS	Instituto Federal Farroupilha - IFFar	1980
RS	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	1770
SC	Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC	1680
SP	Instituto Federal de São Paulo - IFSP	2007
TO	Instituto Federal de Tocantins - IFTO	1710
MÉDIA		1870

FONTE: Portal e-MEC (2021).

O Gráfico 1 compila os dados apresentados anteriormente, demonstrando a distribuição dos cursos de Gestão Pública de instituições públicas do Brasil por faixa de carga horária. Considerando intervalos de 100 horas a partir do mínimo (1.600), tem-se que a *moda*, em termos estatísticos, é o intervalo de 1700 a 1799 horas. **Ou seja, a carga horária proposta neste PPC (1.770 horas) estaria justamente no grupo mais recorrente (8 cursos).** Vale ressaltar, por fim, que há apenas 4 cursos, dentre os 26, que possuem carga horária de até 1.680 horas.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO BRASIL POR CARGA HORÁRIA



FONTE: Portal e-MEC (2021).

O currículo do Curso de Gestão Pública está de acordo com a Resolução do COCEPE n. 29, de 13 de setembro de 2018 (UFPEL, 2018), segundo a qual as atividades curriculares compreendem três dimensões formativas: formação específica, formação complementar e formação em extensão.

a) **Formação específica:** são atividades curriculares determinadas pela legislação vigente aos cursos de graduação (de caráter obrigatório e optativo), de formação geral e de

estudos de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional, considerando as especificidades dispostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021).

As habilidades e competências tecnopolíticas têm sido destacadas como estruturantes na gestão pública contemporânea, devido à necessidade de profissionais que atuem na construção da agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação de políticas públicas. É com este espírito que os componentes curriculares do Curso de Gestão Pública da UFPel foram estruturados em eixos de formação *básica, gerencial e política*.

A formação *básica* envolve conhecimentos de direito público, ética e metodologia científica. Pode ser vislumbrada nas ementas das disciplinas de *Ética e Administração Pública*, *Direito e Administração Pública*, *Seminários em Gestão Pública I*, *Seminários em Gestão Pública II*, *Introdução à Pesquisa em Gestão Pública* e *Análise de Dados para Tomada de Decisão*.

A formação *política* envolve conhecimentos de política, economia e comunicação, com ênfase nos ciclos de políticas públicas. Está especialmente presente na ementa das disciplinas de *Formação do Estado Brasileiro*, *Comunicação Pública e Política*, *Gestão Pública e Desenvolvimento*, *Gestão de Políticas Públicas I* e *Gestão de Políticas Públicas II*.

A formação *gerencial* visa a capacitar gestores para o desenvolvimento de atividades de gestão de pessoas, projetos e planejamento nas organizações públicas. Destacam-se, neste âmbito, as disciplinas de *Fundamentos da Gestão Pública*, *Gestão de Pessoas no Setor Público*, *Planejamento e Gestão em Organizações Públicas*, *Contabilidade no Setor Público*, *Gestão Financeira e Orçamento Público*, *Gestão da Informação no Setor Público* e *Gestão de Projetos no Setor Público*.

Os componentes de caráter optativo (15 no total) também se relacionam com os eixos *básico, político e gerencial*. A ideia é dar liberdade para que o aluno possa direcionar sua formação, aperfeiçoando-a de acordo com sua vocação e interesses profissionais. Vale pontuar também a criação de 10 disciplinas de *Tópicos Avançados*, cujas ementas abarcam temas amplos de interesse da gestão pública, possibilitando ao docente um espaço privilegiado para a introdução de debates atualizados.

Uma característica do antigo PPC que foi mantida diz respeito à inexistência de pré-requisitos para todos os componentes curriculares. A experiência revelou ser algo muito positivo, pois torna o currículo mais flexível e menos propenso à evasão escolar. A

flexibilização curricular foi notavelmente ampliada devido ao aumento da carga horária de disciplinas optativas de 60 horas para **300 horas** no novo currículo.

A integração entre teoria e prática é prevista com a inclusão de componentes práticos de extensão nas disciplinas de “Ética e Administração Pública”, “Formação do Estado Brasileiro”, “Direito e Administração Pública”, “Seminários em Gestão Pública I” e “Seminários em Gestão Pública II”. O programa “Gestão Pública em Ação” (código 278) será responsável por concentrar as ações e projetos de extensão realizadas nestas disciplinas e também como objetos de atividades complementares. Além disto, a integração com a prática durante o Curso poderá ser viabilizada a partir de estágios não-obrigatórios realizados preferencialmente em organizações públicas.

Já no que concerne ao ensino sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras), conforme o art. 3º, parágrafo 2º do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, devem ser garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso de Libras. Deste modo, o projeto pedagógico prevê a disciplina Língua Brasileira de Sinais I – Libras I (20000084) no quadro de optativas, permitindo aos estudantes de Gestão Pública a possibilidade de aprendizado e imersão nesta linguagem, contribuindo assim com a inclusão de alunos e/ou participantes da comunidade que se utilizam desta forma comunicacional. Além disso, é prevista a participação de intérpretes de libras ligados à Comunicação Social da universidade na realização de eventos com expressivo número de participantes, seja presencialmente ou em modo remoto.

O Curso de Gestão Pública prevê, ainda, outras práticas para a implementação de uma Educação Inclusiva. Em primeiro lugar, o Curso conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que tem como missão a promoção da acessibilidade e inclusão de alunos, técnicos e docentes da UFPel com deficiências e necessidades educativas especiais. Convém ressaltar que os professores do Curso já tiveram experiências junto ao NAI, para planejamento de atividades e avaliações para alguns alunos. Outra abordagem utilizada tem sido a discussão transversal da Educação Inclusiva em disciplinas e atividades acadêmicas, bem como a menção da *inclusão* e *acessibilidade* nas ementas das disciplinas “Ética e Administração Pública” e “Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais”

A temática das relações étnico-raciais está presente em disciplinas e demais atividades do Curso. Esta discussão aparece tanto de maneira transversal (estudos de caso, temas escolhidos por discentes para desenvolvimento de atividades ou definidos pelos docentes) como também de forma mais fixa e sistematizada. Sendo um conteúdo imprescindível, compõe a ementa das disciplinas de “Ética e Administração Pública” e “Seminários em Gestão Pública

I”, ambas obrigatórias. Além disto, foi criada também uma disciplina optativa, intitulada “Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais”, para debater o estado de arte sobre a temática, que tem ocupado cada vez mais espaço nas discussões sobre políticas públicas.

No que concerne à Educação em Direitos Humanos, esta é abordada tanto de forma transversal, através de assuntos relacionados interdisciplinarmente nas disciplinas, como também presente de maneira muito consolidada em projetos de ensino, pesquisa e extensão. De forma mais específica, temas como *diversidade e igualdade de gênero, sexual e religiosa, pluralismo e diversidade étnico-racial, direitos fundamentais*, além do próprio debate sobre questões conceituais e práticas de direitos humanos integram a ementa de diversas disciplinas obrigatórias e optativas, como “Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais”, “Ética e Administração Pública”, “Seminários em Gestão Pública I”, “Seminários em Gestão Pública II” e “Direito e Administração Pública”.

Conteúdos sobre sustentabilidade e meio ambiente são igualmente contemplados na organização curricular, estando presentes na ementa de diversas disciplinas, como “Gestão Ambiental”, “Ética e Administração Pública” e “Tópicos Avançados em Gestão Pública II”.

O aproveitamento de componente curricular cursado pelo discente em outra matrícula na UFPel ou em outra IES, do país ou exterior, dispensando o componente exigido na matriz curricular é regulamentado pelas Seções II e IV da Resolução COCEPE 29/2018.

b) Formação complementar: atividades curriculares que, em consonância com as orientações da Resolução CNE/CP n. 1/2021, devem contemplar atividades de ensino, pesquisa e extensão. No Curso de Gestão Pública serão apresentadas como Atividades Complementares (item 3.8 do PPC). O aluno deverá realizar um total de 120 horas, que poderão ser validadas em atividades de *ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil*.

As atividades de *ensino* envolvem (a) participação em projetos de ensino na UFPel ou em outras instituições; (b) monitoria; (c) estágio curricular não obrigatório em organizações públicas; (d) premiação de trabalho acadêmico; (e) cursos de língua estrangeira, comunicação, informática, redação ou de aperfeiçoamento na área de gestão pública; (f) participação como ouvinte em seminários, congressos, fóruns, encontros, palestras, simpósios, *workshops* ou assemelhados; (g) aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira; (h) disciplinas cursadas na UFPel que não pertençam à matriz curricular do Curso de Gestão Pública, disciplinas optativas do Curso de Gestão Pública não utilizadas para integralização curricular

ou disciplinas de cursos de graduação ou pós-graduação cursadas em outras instituições de ensino.

As atividades de *pesquisa* envolvem: (a) participação em projetos ou grupo de pesquisa da UFPel ou em outras instituições de ensino; (b) apresentação de trabalhos; (c) autoria de artigo científico, resumo, livro, capítulo de livro, organização de obra coletiva ou publicação de artigo em jornal, revista, magazine ou em veículo semelhante; (d) frequência em bancas de trabalho de conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação do CCSO.

As atividades de *extensão* envolvem: (a) participação em programas/projetos/ações de extensão na UFPel ou em outras instituições; (b) organização de eventos; (c) ministrar cursos, oficinas, *workshops* ou assemelhados que caracterizem extensão universitária, tanto para o público interno como externo à UFPel; (d) participação em projetos sociais/voluntariado.

As atividades de *representação discente* envolvem: (a) participação no Colegiado do Curso de Gestão Pública, no Conselho do CCSO ou outro órgão colegiado da UFPel; (b) integrar Diretório ou Centro Acadêmico na UFPel; (c) participação como representante em comissão instituída por portaria; (d) colaboração em atividades técnico-administrativas do Curso de Gestão Pública.

De acordo com o art. 30, inciso VI, da Resolução CNE n. 01/2021, os PPCs devem conter critérios de “aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive para reconhecimento de saberes e competências”. A UFPel não possui uma regulamentação específica sobre o aproveitamento de *saberes* e *competências*. Buscando adequar o PPC às diretrizes dos cursos tecnológicos, o Colegiado poderá admitir o cômputo de até 60 horas em atividades não previstas no Quadro 5 deste PPC, desde que estejam articuladas com a área da gestão pública e tenham sido realizadas a, no máximo, 3 (três) anos antes da data de ingresso do aluno no Curso.

c) **Formação em Extensão:** atividades curriculares a serem computadas para a integralização curricular, de acordo com a Resolução COCEPE n. 30/2022. O PPC atende à meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014, a qual define que no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação sejam cumpridos em programas e projetos de extensão universitária. No Curso de Gestão Pública, a carga horária prática de disciplinas caracterizadas como extensão (EXT) integram **180 horas** ou **12 créditos**. Assim, tem-se um total de **10,16%** da carga horária dedicada à extensão.

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 2: SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica⁴		
Disciplinas obrigatórias	90	1350
Disciplinas optativas	20	300
Soma	110	1650
B) Formação complementar		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	8	120
C) Formação em Extensão⁵		
	-	-
TOTAL	118	1770

3.3. MATRIZ CURRICULAR

Após criterioso levantamento realizado pelo NDE, que envolveu (a) análise comparativa de PPCs de Gestão Públicas de outras instituições; (b) leitura dos relatórios dos Fóruns de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas promovidos pela Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP); (c) reuniões de Colegiado e Núcleo Docente Estruturante realizadas desde 2019 com o propósito de reformular o PPC do Curso; (d) criação de uma comissão para elaboração de uma proposta de um novo PPC para o Curso de Gestão Pública, composta pelos professores doutores Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto, instituída pela Portaria n. 17 do CCSO,

⁴ Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização de **17 créditos** ou **255 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **14,40%** da carga horária total do Curso.

⁵ A Formação em Extensão será realizada dentro de componentes obrigatórios, sendo que a carga horária prática caracterizada como extensão (EXT) integraliza **180 horas** ou **12 créditos**.

de 26 de Março de 2021; apresenta-se aqui o resultado obtido, que foi amplamente divulgado e participativo, conforme disposto no item 2.1 – Pressupostos e Estrutura do PPC.

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA									
Carga horária total do Curso: 1770 horas									
Carga horária de Formação específica: 1650 horas ⁶									
Carga horária de Formação complementar: 120 horas									
Carga horária de Extensão⁷: -									

1º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000006	CCSO	Ética e Administração Pública	5	3			2	75	
23000007	CCSO	Formação do Estado Brasileiro	5	3			2	75	
23000008	CCSO	Fundamentos da Gestão Pública	5	4		1		75	
23000009	CCSO	Introdução à Pesquisa em Gestão Pública	5	4		1		75	
23000010	CCSO	Seminários em Gestão Pública I	5	2			3	75	
Total			25					375	

2º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000011	CCSO	Direito e Administração Pública	5	3			2	75	

⁶ Dentro da Formação Específica, há previsão para a realização de **17 créditos** ou **255 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **14,40%** da carga horária total do Curso.

⁷ A Formação em Extensão será realizada dentro de componentes obrigatórios, sendo que a carga horária prática caracterizada como extensão (EXT) integraliza **180 horas** ou **12 créditos**.

23000012	CCSO	Comunicação Pública e Política	5	4		1		75	
23000013	CCSO	Planejamento e Gestão em Organizações Públicas	5	4		1		75	
23000014	CCSO	Análise de Dados para Tomada de Decisão	5	4		1		75	
23000015	CCSO	Seminários em Gestão Pública II	5	2			3	75	
Total			25					375	

3º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000016	CCSO	Gestão de Pessoas no Setor Público	5	4		1		75	
23000017	CCSO	Gestão Pública e Desenvolvimento	5	4		1		75	
23000018	CCSO	Contabilidade no Setor Público	5	4		1		75	
23000019	CCSO	Gestão de Políticas Públicas I	5	4		1		75	
--	CCSO	OPTATIVA	5	4		1		75	
Total			25					375	

4º SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
23000020	CCSO	Gestão da Informação no Setor Público	5	4		1		75	
23000021	CCSO	Gestão de Projetos no Setor Público	5	4		1		75	
23000022	CCSO	Gestão Financeira e Orçamento Público	5	4		1		75	
23000023	CCSO	Gestão de Políticas Públicas II	5	4		1		75	
--	CCSO	OPTATIVA	5	4		1		75	
Total			25					375	

5° SEMESTRE

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
--	CCSO	OPTATIVA	5	4		1		75	
--	CCSO	OPTATIVA	5	4		1		75	
Total			10					150	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

120 horas – 8 créditos

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

1º Semestre			2º Semestre			3º Semestre			4º Semestre			5º Semestre		
5	23000006	75	5	23000011	75	5	23000016	75	5	23000020	75	5		75
Ética e Administração Pública			Direito e Administração Pública			Gestão de Pessoas no Setor Público			Gestão da Informação no Setor Público			OPTATIVA		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO					
5	23000007	75	5	23000012	75	5	23000017	75	5	23000021	75	5		75
Formação do Estado Brasileiro			Comunicação Pública e Política			Gestão Pública e Desenvolvimento			Gestão de Projetos no Setor Público			OPTATIVA		
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO					
5	23000008	75	5	23000013	75	5	23000018	75	5	23000022	75			
Fundamentos da Gestão Pública			Planejamento e Gestão em Organizações Públicas			Contabilidade no Setor Público			Gestão Financeira e Orçamento Público					
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO					
5	23000009	75	5	23000014	75	5	23000019	75	5	23000023	75			
Introdução à Pesquisa em Gestão Pública			Análise de Dados para Tomada de Decisão			Gestão de Políticas Públicas I			Gestão de Políticas Públicas II					
CCSO			CCSO			CCSO			CCSO					
5	23000010	75	5	23000015	75	5		75	5		75			
Seminários em Gestão Pública I			Seminários em Gestão Pública II			OPTATIVA			OPTATIVA					
CCSO			CCSO											

Legenda			
A	B	C	A - Créditos
Disciplina			B - Código Disciplina
Unidade			C - Horas

FORMAÇÃO ESPECÍFICA: 1650 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120 horas
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO*: -
CARGA HORÁRIA TOTAL: 1770 horas

* A Formação em Extensão será realizada dentro de componentes obrigatórios, sendo que a carga horária prática caracterizada como extensão (EXT) integraliza **180 horas** ou **12 créditos**.

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Ao todo, o estudante deve cursar disciplinas optativas que totalizem **300 horas** ou **20 créditos**. Estas disciplinas poderão ser escolhidas pelo aluno a partir do rol enumerado no Quadro 4. Cumpre salientar que o fluxograma apresentado anteriormente possui janelas no 3º, 4º e 5º semestres para que o aluno tenha liberdade de escolher as disciplinas optativas de sua preferência, dentre aquelas dispostas no Quadro 4, de acordo com as ofertas.

Como o Curso de Gestão Pública é vespertino, as disciplinas optativas serão ministradas preferencialmente neste turno. Ressalta-se, por outro lado, que algumas disciplinas optativas são também comuns à grade curricular dos cursos de Bacharelado em Administração e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do CCSO. Desta forma, os estudantes contarão, eventualmente, com possibilidade de oferta noturna.

Compõem o banco de optativas ofertadas pelo Curso de Gestão Pública as seguintes disciplinas:

QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (horas)	Pré-requisito
23000024	CCSO	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais	5	4		1		75	
23000025	CCSO	Análise de Investimentos	5	4		1		75	
23000026	CCSO	Gestão Ambiental	5	4		1		75	
23000027	CCSO	Instituições de Direito Público	5	4		1		75	
23000028	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública I	5	4		1		75	
23000029	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública II	5	4		1		75	
23000030	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública III	5	4		1		75	
23000031	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública IV	5	4		1		75	
23000032	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública V	5	4		1		75	
23000033	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VI	5	4		1		75	
23000034	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VII	5	4		1		75	
23000035	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública VIII	5	4		1		75	
23000036	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública IX	5	4		1		75	
23000037	CCSO	Tópicos Avançados em Gestão Pública X	5	4		1		75	
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)	4	4				60	

3.6. ESTÁGIOS

O componente curricular *estágio* está regulamentado pela Lei n. 11.788/2008, estando igualmente de acordo com o Regulamento de Ensino de Graduação (Resolução COCEPE n. 29/2018) e demais regulamentações vigentes na UFPel – Resoluções COCEPE n. 03/2019 e 04/2019. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o estágio profissional supervisionado não constitui um componente curricular obrigatório para a elaboração do PPC (art. 30 inciso V). Assim, levando em conta a duração do Curso de Gestão Pública em 5 (cinco) semestres, entendeu-se mais oportuna a não inclusão do estágio profissional obrigatório como um componente curricular.

Por outro lado, não se pode desconhecer a relevância que a atividade prática agrega na formação acadêmica dos estudantes dos cursos tecnológicos. O estágio é um elemento constitutivo que permite o estabelecimento dos primeiros vínculos do aluno com o mundo do trabalho, podendo ser compreendido como um espaço prioritário de ensino-aprendizagem para além dos componentes curriculares específicos e também como um instrumento para melhorar o desempenho acadêmico.

Assim, o estágio não-obrigatório é estimulado no Curso de Gestão Pública, sendo desenvolvido como atividade opcional, através um plano de trabalho que contemple atividades compatíveis com a formação profissional, de modo a garantir o caráter educativo do acadêmico/estagiário. Sua carga horária é computada em horas de formação complementar.

O Setor de Estágios (SEST), vinculado à Coordenação de Ensino e Currículo (CEC) da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), é o órgão responsável por convênios para atividades de estágio e demais atividades no campo profissional. De acordo com as normativas previstas pela UFPel, a jornada diária de estágio não pode ser superior a 6 (seis) horas.

O **papel do Colegiado** é o de fazer com que o processo de estágio seja uma atividade de aprendizado por meio do trabalho e proveitosa para o aluno e organizações envolvidas. Não será admitida a prática de estágio que descumpra qualquer medida da legislação em vigor. Portanto, é requerido que:

- As atividades a serem desempenhadas pelo estagiário no Plano de Trabalho tenham conformidade com as competências e habilidades concebidas para a formação do Tecnólogo em Gestão Pública da UFPel;
- A celebração do Termo de Compromisso de Estágio a partir do modelo proposto pela PRE, com previsão de provimento de bolsa ou outra forma de contraprestação ao estagiário conforme previsto no art. 12 *caput* da Lei n. 11.788/2008;
- O acompanhamento e orientação dos alunos no estágio caberá ao Coordenador do Curso ou, no caso de impossibilidade deste, a outro docente designado pelo Colegiado do Curso.

O **papel do estagiário** é o de cumprir com as atividades previstas, a saber:

- Contatar a empresa/instituição onde irá realizar suas atividades de estágio;
- Intermediar a assinatura do Termo de Compromisso entre a UFPel e a entidade acolhedora;
- Enviar a documentação para o Colegiado, sendo os itens 1 e 2 no início do estágio e os itens 3 e 4 ao final do estágio⁸⁸:
 1. Plano de Trabalho de Estágio;
 2. Termo de Compromisso de Estágio;
 3. Relatórios Parcial e Final de Estágio;
 4. Relatório do Supervisor do Estágio.

A **parte concedente** poderá ser pessoas jurídicas, órgãos da administração pública, bem como profissionais liberais de ensino superior, desde que observadas as seguintes obrigações:

- Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o estudante, zelando por seu cumprimento;

⁸⁸ Documentos adicionais poderão ser exigidos, atendendo a situações excepcionais ou a contingências de ordem sanitária.

- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Enviar relatórios parcial e final de Estágio;
- Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio, o ambiente de trabalho e o cumprimento dos termos contratados.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n. 1, de 05/01/2021), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não constitui um componente curricular obrigatório para a elaboração do PPC do Curso de Gestão Pública (art. 30 inciso V). Desta forma, levando em consideração também o formato do Curso e sua duração em apenas 5 semestres, entendeu-se mais oportuno não incluir TCC como componente curricular.

Por outro lado, é importante destacar que as disciplinas obrigatórias e optativas do Curso procurarão estimular a iniciação científica, a participação em projetos, a apresentação e publicação de trabalhos acadêmicos. Vale registrar também que a maioria do corpo docente atua em programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que facilitará bastante a inserção dos alunos na pesquisa.

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A Formação Complementar constitui um conjunto de atividades que preparam o aluno para uma atuação diversificada, exigindo que ele participe de atividades de ensino, pesquisa, extensão através de sua integração em projetos cadastrados por professores da UFPel, além da representação discente em agremiações acadêmicas, comissões e órgãos colegiados da UFPel. Permite ainda a flexibilização do currículo, à medida em que o aluno opta por participar de ações fora da sala de aula, oportunizando a vivência da experiência universitária de forma plena e dinâmica.

O núcleo de Formação Complementar do Curso de Gestão Pública contempla uma carga horária de **120 horas**, podendo ser integralizada nas atividades elencadas no Quadro 5. Para fins de contagem, os alunos deverão apresentar atestados, certificados, declarações ou atas que comprovem a sua participação. Poderão ser aceitas a participação em programas/projetos/ações em outras instituições de ensino.

A avaliação do componente de Formação Complementar é atribuição do Coordenador do Curso que, juntamente com a Secretaria, fará ampla divulgação acerca das regras deste PPC. Atualmente, ela é realizada através de formulário eletrônico, onde os alunos tem acesso à seção 3.8 deste PPC, bem como a um e-mail de contato para eventuais dúvidas que surgirem. O procedimento é realizado da seguinte forma:

1. Quando o aluno reúne comprovantes que perfaçam o total de atividades (120 horas), ele deverá utilizar o Modelo de Requerimento (Apêndice 1), preenchendo as informações conforme exemplificado no modelo: natureza e descrição da atividade, o quantitativo de horas solicitado, anexo do certificado/comprovante e a respectiva paginação do Sumário. O requerimento deverá ser salvo em um único arquivo em formato *pdf*.
2. Em cada semestre letivo, há uma chamada para envio de requerimentos, com uma data-limite para envio. Durante o prazo estipulado, o Coordenador avalia cada pedido, emitindo parecer. Caso haja necessidade, poderá ser solicitado que o aluno apresente certificado original para eventual conferência.
3. Após a data-limite, a Coordenação solicita, em bloco, o registro de atividades complementares para a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), momento em que as informações passarão a contar no histórico do aluno.
4. É aberto também um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para arquivamento de todos os requerimentos submetidos em cada semestre.

O Quadro 5 indica as atividades, os requisitos de comprovação e as cargas horárias máximas que podem ser consideradas para completar as horas dedicadas à formação complementar nas atividades de *Ensino, Pesquisa, Extensão e Representação Discente*. **É importante ressaltar que somente serão admitidas as atividades listadas no**

Quadro 5 que tenham sido realizadas após o ingresso do aluno no Curso de Gestão Pública da UFPel.

De acordo com o art. 30, inciso VI, da Resolução CNE n. 01/2021, os PPCs devem conter critérios de “aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive para reconhecimento de saberes e competências”. A UFPel não possui uma regulamentação específica sobre o aproveitamento de *saberes e competências*. Buscando adequar o PPC às diretrizes dos cursos tecnológicos, **o Colegiado poderá admitir o cômputo de atividades não previstas no Quadro 5 deste PPC, desde que estejam articuladas com a área da gestão pública e tenham sido realizadas a, no máximo, 3 (três) anos da data de ingresso do aluno no Curso.** Estas atividades, no entanto, não poderão ultrapassar 60 horas de atividade.

Assim, apresentam-se os parâmetros para contabilizar as horas complementares.

QUADRO 5: ATRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Requisitos de comprovação	Horas	Máximo de Horas
Ensino			
Participante em projetos de ensino como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Monitoria	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do professor ou comprovante da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou comprovante	60h
Premiação de trabalho acadêmico	Certificado ou declaração da parte concedente	15 horas para cada prêmio	60h
Cursos de língua estrangeira, comunicação, informática, redação ou de aperfeiçoamento em área de interesse para a gestão pública	Certificado de conclusão do curso com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Participação como ouvinte em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Simpósios, <i>Workshops</i> ou assemelhados	Certificado ou atestado com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Aprovação em Exame de Proficiência em Língua Estrangeira	Certificado ou atestado	15 horas por exame	60h

Disciplinas cursadas na UFPel que não pertençam à Matriz Curricular do Curso de Gestão Pública, Disciplinas Optativas do Curso de Gestão Pública não utilizadas para integralização curricular ou disciplinas de cursos de Graduação e Pós-Graduação cursadas em outras instituições de ensino	Histórico Escolar	Carga horária da disciplina	60h
Pesquisa			
Participação em projetos ou grupos de pesquisa como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do orientador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Apresentação de trabalhos em eventos científicos na forma de comunicação oral ou pôster	Certificado ou declaração do organizador do evento	10h para cada trabalho	60h
Autoria ou coautoria de resumo simples ou expandido	Cópia da publicação	15 horas para cada resumo	60h
Autoria ou coautoria de trabalho completo publicado em anais de evento	Cópia da publicação	30 horas para cada trabalho	60h
Autoria ou coautoria de artigo científico publicado em periódico indexado com ISSN	Cópia da publicação	30 horas para cada artigo	60h
Autoria ou coautoria de capítulo de livro com ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada capítulo	60h
Organização de livro com ISBN	Cópia da publicação	30 horas para cada livro	60h
Autoria ou coautoria de livro integral com ISBN	Cópia da publicação	60 horas para cada livro	60h
Publicação de artigo em jornal, revista, magazine ou veículo semelhante	Cópia da publicação	10 horas para cada artigo	60h
Frequência em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Pós-Graduação do CCSO-UFPel	Declaração da Secretaria do Curso ou do Presidente da Banca	02 horas para cada banca	60h
Extensão			
Participação em Programas/Projetos/Ações de Extensão como integrante, voluntário ou bolsista	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato de bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h
Organização de eventos acadêmicos com ênfase em ensino/pesquisa/extensão	Certificado com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h
Ministrar cursos, oficinas, <i>workshops</i> , exposições ou assemelhados que caracterizem extensão	Certificado ou declaração do coordenador com descrição de horas	Máximo de 30 horas por certificado	60h

universitária, tanto para o público interno como externo à UFPel			
Participação em Projetos Sociais/Voluntariado	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador do projeto	Descritas no certificado/atestado ou declaração	60h
Estágio curricular não obrigatório realizado em organizações públicas	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do orientador	Descritas no certificado/atestado ou declaração	60h
Representação Discente			
Representação discente no Colegiado do Curso de Gestão Pública, no Conselho do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais ou outro órgão colegiado da UFPel	Declaração da Secretaria do respectivo órgão	Descritas na declaração	60h
Integrante de Diretório ou Centro Acadêmico na UFPel	Certificado ou declaração da Presidência do respectivo Diretório ou Centro Acadêmico	Descritas no certificado ou declaração	60h
Participação como representante discente em comissão instituída por portaria	Portaria de designação e/ou declaração firmada por agente público responsável	Descritas na portaria ou declaração	60h
Colaboração nas atividades técnico-administrativas do Curso de Gestão Pública, exceto aquelas instituídas por portaria. Bolsa administrativo pedagógica.	Certificado ou atestado com descrição de horas ou declaração do coordenador ou contrato da bolsa	Descritas no certificado/atestado ou declaração ou contrato	60h

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

O Curso de Gestão Pública atende à Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei Federal n. 13.005/2014, a qual define um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devam ser cumpridos em programas, projetos e ações de extensão universitária. Seguindo a Resolução COCEPE n. 30/2022, o PPC utiliza prioritariamente a forma de integralização mediante **a caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (EXT)**, que contabilizam um total de **12 créditos** ou **180 horas** (10,16% da carga horária do Curso, que é de 1.770 horas), assim distribuídas:

- **Ética e Administração Pública (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (ou 75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT.** Aborda a ética no serviço público, relacionando-a com as funções do Estado e seus fins, considerando a democracia, a cidadania e os direitos humanos. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas à Ética na Administração Pública.
- **Formação do Estado Brasileiro (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT.** Tem como objetivo refletir sobre aspectos sociais e políticos fundamentais para a construção do Estado brasileiro, como base para o entendimento crítico da Administração Pública brasileira. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas às Políticas Públicas.
- **Direito e Administração Pública (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 3 créditos (45 horas) de carga teórica e **2 créditos (30 horas) EXT.** Aborda fundamentos jurídicos determinantes para o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão pública e para a adequada compreensão de suas finalidades, dotando o aluno de conhecimentos básicos sobre o arcabouço normativo da Administração Pública. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas ao Direito Administrativo.
- **Seminários em Gestão Pública I (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 2 créditos (30 horas) de carga teórica e **3 créditos (45 horas) EXT.** Tem por objetivo analisar Estado como uma categoria política e social, capacitando o aluno a compreender, de maneira crítica, a emergência do poder constituinte. Além disto, prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão

universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas à Teoria do Estado.

- **Seminários em Gestão Pública II (sem código):** a disciplina possui 5 créditos (75 horas), sendo 2 créditos (30 horas) de carga teórica e **3 créditos (45 horas) EXT.** Proporciona ao aluno a compreensão do papel da Constituição dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, habituando-os à utilização das normas constitucionais como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica e social. Prepara o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária, com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas ao Direito Constitucional.

No Curso, a extensão se caracteriza pela realização de práticas formativas que instrumentalizem a aplicação dos conhecimentos adquiridos, colocando-os a serviço da comunidade, promovendo a ação cidadã com vistas à transformação social. O objetivo aqui é permitir a integração entre **teoria** e **prática**, servindo como ligação entre o aprendizado acadêmico e a realidade. Desta maneira, os estudantes serão estimulados à participação, como sujeitos ativos, na realização de diversas ações para a comunidade externa visando à democratização do conhecimento produzido pela universidade (a exemplo da organização de cursos, oficinas, seminários e palestras, atividades artísticas e culturais, produção e divulgação de conteúdo técnico-científico e informativo em mídia social, dentre outros).

A opção por esta forma de integralização se deve a inúmeros fatores. Primeiramente, a inserção de cargas práticas de extensão em componentes tradicionalmente teóricos atende às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. O art. 3º, inciso IX, da Resolução CNE/CP n. 1/2021 considera um dos princípios da educação tecnológica utilizar estratégias educacionais que garantam a indissociabilidade entre a teoria e prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem. Ao contextualizar o conhecimento teórico em formas de instrumentalização prática, na busca de soluções para demandas concretas da sociedade, os estudantes desenvolvem a capacidade de absorção do conteúdo de maneira autônoma e crítica. As aulas passam a se tornar mais atraentes. E o contato com a

comunidade propicia a aquisição de novos conhecimentos, novas habilidades e novas atitudes voltadas ao humanismo e solidariedade.

Em segundo lugar, as disciplinas escolhidas para a integralização curricular estão localizadas nos dois primeiros semestres do Curso. Esta escolha foi estratégica para criar um sentimento de imersão na vida universitária, habituando os alunos a associarem, de imediato, a indissociabilidade entre o aprendizado teórico e as ações de pesquisa e extensão. Isto se torna necessário pois o Curso de Gestão Pública tem uma duração bastante curta, de apenas 5 (cinco) semestre. Após o primeiro ano, a expectativa é a de que os alunos continuem participando das ações de extensão, trabalhando lado a lado com os calouros. A atuação voluntária fora das disciplinas será computada como Atividades Complementares, lembrando que os alunos precisam realizar 8 créditos ou 120 horas de Formação Complementar.

Todos os projetos e ações de extensão a serem realizados no âmbito do Curso estarão vinculadas ao Programa “Gestão Pública em Ação”, cadastrado com o Código 278 do sistema Cobalto⁹. A menção ao Programa se faz presente nas ementas das disciplinas supracitadas. Por fim, é importante destacar que o Programa é uma iniciativa institucional, no qual a equipe docente atuará de forma conjunta.

TABELA 3: SÍNTESE DA FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Possibilidades da Formação em Extensão	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias	12	180
Total ofertado pelo Curso	12	180

⁹ O programa tem duração prevista de 10 (dez) anos, com início em 01/10/2021 e término em 31/12/2031. É coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto, tendo como Coordenador Adjunto o Prof. Dr. Marcio Barcelos. Atualmente, possui cinco projetos vinculados: (a) Coisa Pública – blog de gestão pública da UFPel (Extensão – código 4584); (b) Gestão Pública em Foco (Ensino – código 3903); (c) Grupo de Estudos em Gestão Pública (Ensino – código 2956); (d) Revista Eletrônica de Administração e Turismo – REAT (Extensão – código 4641); (e) Trabalhadores de empresas-aplicativo em tempos de COVID-19: alternativas e enfrentamentos possíveis (Extensão, código – 2675). De acordo com as metas e resultados esperados pelo programa, o Programa buscará incluir, em seu primeiro ano de vigência, pelo menos quatro (4) novos projetos de extensão, de forma a engajar integralmente a equipe de professores. A partir do segundo ano, todos os estudantes de Gestão Pública estarão vinculados, desenvolvendo ações de extensão dentro de disciplinas obrigatórias do novo currículo, além de atividades complementares.

3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO

A transição curricular se dará por meio da migração automática de todos os alunos do antigo currículo (versões 2 e 3) para o novo currículo (versão 4), que terão aproveitamento dos componentes curriculares das versões anteriores do curso para a nova versão, por meio de análise do Colegiado. Os estudantes não terão perdas com relação aos componentes cursados, nem mesmo atraso no período de formação, pois o Colegiado analisará os históricos de maneira individualizada, conferindo manualmente o aproveitamento de estudos dos componentes cursados com aproveitamento, de modo a garantir o cumprimento da carga horária mínima de 1.600 horas prevista no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

O Colegiado do Curso ficará responsável pelo processo de migração curricular, bem como pela análise, acompanhamento pedagógico, orientações para a transição curricular e solução de eventuais casos omissos. Um ponto merece ser esclarecido no que tange à integralização curricular: este PPC estabeleceu carga horária prática de extensão (EXT) de 12 créditos (ou 180 horas) em 5 componentes novos (*Ética e Administração Pública, Direito e Administração Pública, Formação do Estado Brasileiro, Seminários em Gestão Pública I e Seminários em Gestão Pública II*).

Destaca-se que os estudantes em transição para o novo currículo não terão por obrigatoriedade cumprir a totalidade de carga horária prevista para integralização da extensão, pois conforme previsto na Resolução nº 30 do COCEPE, de 03 de fevereiro de 2022, o cumprimento do mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos do Curso para a Formação em Extensão será obrigatório somente para os acadêmicos que ingressarem no semestre cujo PPC, após aprovação contemplando a integralização da Extensão, entrar em vigor.

3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

A seguir são expostas as caracterizações dos componentes curriculares do curso de Gestão Pública de acordo com a ordem que estão previstas na matriz curricular. Primeiro serão apresentados os componentes obrigatórios e, após, os optativos.

QUADRO 6: CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º SEMESTRE				
COMPONENTE CURRICULAR Ética e Administração Pública			CÓDIGO 23000006	
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos		
		T 3	P	EAD
OBJETIVO Abordar a ética no serviço público, relacionando-a com as funções do Estado e seus fins, considerando a democracia, a cidadania e os direitos humanos. Preparar o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária junto à comunidade externa, dentro Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278), com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas à Ética na Administração Pública, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido na universidade.				
EMENTA Noções gerais de Ética: conceituação, fundamentos, funções sobre o comportamento humano e principais teorias. Ética, Política e Democracia. Ética e Direitos Humanos: diversidade e igualdade de gênero, sexual, religiosa; pluralismo e diversidade étnico-racial. Ética e a Questão Ambiental. Setor Público: acessibilidade e inclusão. Prestação pública de contas: ética, transparência e acesso à informação. Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal: a Comissão de Ética Pública (CEP), o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo e as Comissões de Ética Setoriais. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas				

nos projetos temáticos pertencentes ao Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDES, Annita Valléria Calmon. **Ética na administração pública federal**: a implementação de Comissões de Ética Setoriais - entre o desafio e a oportunidade de mudar o modelo de gestão. Brasília: FUNAG, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. recurso online ISBN 9788597021653.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética geral e profissional**. 15. São Paulo: Saraiva, 2018.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X

NOVAES, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

RORTY, Richard. **Uma ética Laica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, Manfredo A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Formação do Estado Brasileiro		23000007			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		3			2
OBJETIVO					
Refletir sobre aspectos sociais e políticos fundamentais para a construção do Estado brasileiro, como base para o entendimento crítico da Administração Pública brasileira. Preparar o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária junto à comunidade externa, dentro Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278), com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas às Políticas Públicas, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido na universidade.					

EMENTA Pensamento social brasileiro. Aspectos sociais da formação do Brasil e do Estado Brasileiro. Aspectos políticos da formação do Brasil e do Estado Brasileiro. O Estado brasileiro e a construção da Administração Pública no Brasil. As trajetórias da Administração Pública brasileira e suas reformas. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. 187 p. (Pesquisas; 12). ISBN 85858553577 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 220 p. ISBN 9788571644489. NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 195 p. ISBN 9788576171874.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 7ed. Rio de Janeiro: Globo, 2v. ISBN 8525002844. LEAL, Víctor Nunes, 1914. Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. 263 p. (Biblioteca Alfa-Omega de ciências sociais. Serie 1a, Política; v.2). OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Bomtempo, 2003. 150 p. ISBN 85-755-9036-7. SOUZA, Ana Carolina Machado [et al]. Formação social, econômica e política do Brasil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. recurso online ISBN 9786556902982. WEBER, Max. Ensaio de sociologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 530 p.

COMPONENTE CURRICULAR Fundamentos da Gestão Pública		CÓDIGO 23000008			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO					

Possibilitar ao discente o entendimento sobre os fundamentos que regem a Ciência da Administração e as especificidades da Administração Pública e, por conseguinte, promover uma discussão sobre o papel do Estado e sua relação com a Sociedade.

EMENTA

Ciência da Administração: conceitos básicos, funções e principais teorias. O papel do administrador no mundo. Elementos distintivos da Administração Pública: Burocracia, modelos de Estado, princípios e teorias. Paradigmas da Administração Pública no Brasil. Gestão Pública, Democracia e Participação Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLEGG, Stewart. **Administração e organizações**. 2. Porto Alegre Bookman 2014.

DENHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2018. recurso online ISBN 9788597016093.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Do Estado Patrimonial ao Gerencial**. In. Ignacy Sachs; Jorge Wilhelm; Paulo Sergio Pinheiro. (Org.). Brasil: um século de transformações. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001, v. 1, p. 222-259.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINIK, Peter (Org.). **Reforma de Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, p. 36-49, Jan/Mar 2005.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova Gestão Pública**. São Paulo: FGV, 2008.

SANTOS, Boaventura Souza. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Introdução à Pesquisa em Gestão Pública		23000009			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Introduzir o pensamento científico e seu desenvolvimento com vistas ao conhecimento teórico/prático e instrumental metodológico para a realização de pesquisas na área da gestão pública.					

EMENTA Ciência e conhecimento científico. Método científico. Tipos de trabalhos científicos. Estrutura de trabalhos científicos. Planejamento da pesquisa. Classificação e delineamento da pesquisa. Procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados. Apresentação e divulgação dos resultados de pesquisa. Ética na pesquisa social.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 6. São Paulo: Saraiva, 2017. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 203 p. APOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica um guia para a produção do conhecimento científico. 2. São Paulo: Atlas, 2011. recurso online ISBN 9788522466153. FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR Seminários em Gestão Pública I		CÓDIGO 23000010			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 2	P	EAD	EXT 3
OBJETIVO Analisar o Estado como uma categoria política e social, capacitando o aluno a compreender, de maneira crítica, a emergência do poder constituinte. Preparar o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária junto à comunidade externa, dentro Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278), com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas					

à Teoria do Estado, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido na universidade.

EMENTA

Teoria Geral do Estado: conceitos, elementos constitutivos, separação de poderes, formas de Estado, formas e sistemas de Governo. Constituição e Poder Constituinte. Estado e Sociedade Civil: o espaço público e privado, responsabilidade social e governamental, movimentos sociais, direitos humanos, relações étnico-raciais e ações afirmativas. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 8. ed. Brasília: Ed. UNB, [1995]. 179 p. - (Coleção Pensamento ISBN 8523001913.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 550 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p. ISBN 9788502188853.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717 p. ISBN 9788535206463.

COSTA, Igor Sporch da; MIRANDA, João Irineu de Resende (Org.). **Direito e movimentos sociais**: a busca da efetivação da igualdade. Curitiba: Juruá, 2012. 282 p. ISBN 9788536236513.

GIANTURCO, Adriano. **A ciência da política**: uma introdução. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. recurso online ISBN 9788530991562.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X

WEFFORT, Francisco C (org.). **Os clássicos da política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. v.1 (Série Fundamentos 62). ISBN 850803542X.

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR

Direito e Administração Pública

CÓDIGO

Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais		23000011			
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		3			2
OBJETIVO Abordar fundamentos jurídicos determinantes para o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão pública e para a adequada compreensão de suas finalidades, dotando o aluno de conhecimentos básicos sobre o arcabouço normativo da Administração Pública. Preparar o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária junto à comunidade externa, dentro Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278), com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas ao Direito Administrativo, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido na universidade.					
EMENTA Introdução: Direito Público e Direito Privado, Fontes do Direito. Administração pública, direitos humanos e democracia. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Organização administrativa: órgãos, desconcentração e descentralização. Administração Pública direta e indireta. Entidades da Administração Indireta. Entidades do Terceiro Setor. Poderes Administrativos. Meios de Controle Constitucional da Administração Pública. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Servidores Públicos. Fundamentos sobre Licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Poder Público. Crimes contra a Administração Pública. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo Atlas, 2012. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru; NOHARA, Patrícia Irene. Gestão pública. Abordagem integrada da administração e do direito administrativo. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COUTO, Reinaldo. Curso de direito administrativo. 4. São Paulo: Saraiva, 2019. recurso online ISBN 9788553615919. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Discrecionalidade e controle jurisdicional. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.					

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 37ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR Comunicação Pública e Política		CÓDIGO 23000012			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Desenvolver conhecimentos básicos para a análise de processos comunicacionais entre Estado, comunicação mediática e sociedade e capacitar para a proposição de estratégias de comunicação para a Gestão Pública.					
EMENTA Democracia, participação e comunicação; Comunicação Pública; Comunicação Política; Interesse público; Esfera pública; Opinião pública; Imagem pública; Estratégias de comunicação para a Gestão Pública; Planejamento em comunicação para a Gestão Pública.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 2012. 173 p. DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação Pública : estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas-Grupo GEN, 2012. HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia : entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p. (Biblioteca Tempo Universitário; 101, 102). ISBN 8528200914.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOMES, Wilson da Silva; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ENGELKE, Antonio (Org.). Política . Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017. 268 p. ISBN 9788575071885. MAFRA, Rennan. Entre o espetáculo, a festa e a argumentação mídia, comunicação estratégica e mobilização social . São Paulo: Autêntica, 2007. recurso online ISBN 9788582179666. MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas . Belo Horizonte: UFMG, 2006. 247 p. (Humanitas). ISBN 9788570415240.					

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 293 p. ISBN 9788520504642.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. 301 p. ISBN 9788579700316.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Planejamento e Gestão em Organizações Públicas		23000013			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Possibilitar conhecimentos teóricos e práticos sobre planejamento e gestão em organizações públicas, a fim de racionalizar as incertezas do ambiente e permitir orientação e direcionamento com vistas a otimizar o desempenho dos bens e serviços ofertados aos cidadãos e o consequente cumprimento dos objetivos organizacionais.					
EMENTA					
O pensamento estratégico aplicado às organizações públicas. Planejamento Governamental. Planejamento, Orçamento e Gestão: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA). Metodologias para análise de problemas: Diagnóstico Situacional; Análise SWOT; Balanced Scorecard (BSC).					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Planejamento Governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais . São Paulo: Atlas, 2012.					
PALUDO, Augustinho Vicente; PROCOPIUCK, Mario. Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático . São Paulo: Atlas, 2011 p.215.					
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John A. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
CARDOSO JR, José Celso. A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil . V. 4, Diálogos para o Desenvolvimento, IPEA, 2011.					
CRUZ, Tadeu. Manual de planejamento estratégico . São Paulo: Atlas, 2017. recurso online ISBN 9788597013023.					

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

PALUDO, Augustinho Vicente; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento Governamental: referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011 p. 215.

COMPONENTE CURRICULAR Análise de Dados para Tomada de Decisão		CÓDIGO 23000014			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Proporcionar conhecimentos técnicos-gerenciais para tomada de decisão nas diversas área de gestão com base na pesquisa gerencial e análise de dados quantitativos.					
EMENTA Tipos de Dados; Métodos de coleta de dados; Mensuração e escalas; Elaboração de questionários; Análise básica de dados; Análise avançada de dados; Elaboração de relatórios e apresentação de resultados.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COOPER, Donald R. Métodos de pesquisa em administração . 12. Porto Alegre AMGH 2016 1 recurso online ISBN 9788580555738. HERNANDEZ SAMPIERI, Roberto. Metodologia de pesquisa . 5. Porto Alegre AMGH 2013 1 recurso online ISBN 9788565848367. SHARPE, Norean R. Estatística aplicada administração, economia e negócios . Porto Alegre Bookman 2011 1 recurso online ISBN 9788577808656.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAMCZUK, André A. A prática da tomada de decisão . São Paulo: Atlas, 2009. 151 p. ISBN 9788522452835. COLIN, Emerson Carlos. Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas . Rio de Janeiro: LTC, 2013. 501 p. ISBN 9788521615590 CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord). Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 490 p. ISBN 9788522452163					

HAIR JR., Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p. recurso online ISBN 9788577805341.

RAGSDALE, Cliff T. **Modelagem e análise de decisão**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 590 p. ISBN 9788522106851

COMPONENTE CURRICULAR Seminários em Gestão Pública II		CÓDIGO 23000015			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		2			3
OBJETIVO Proporcionar ao aluno a compreensão do papel da Constituição dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, habituando-os à utilização das normas constitucionais como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica e social. Preparar o aluno para a participação, como sujeito ativo, em atividades de extensão universitária junto à comunidade externa, dentro Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278), com foco na concepção, organização e execução de ações relacionadas ao Direito Constitucional, contribuindo para a democratização do conhecimento produzido na universidade.					
EMENTA Teoria dos Direitos Fundamentais. Organização do Estado e dos Poderes. Processo Legislativo e Controle de Constitucionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Introdução de atividades extensionistas que possibilitem ao estudante participar, como sujeito ativo, em ações variadas inseridas nos projetos temáticos pertencentes ao Programa de Extensão “Gestão Pública em Ação” (código 278) que contemplem os objetivos da disciplina; este Programa possui projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas de acordo com as diretrizes da extensão universitária.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Constituição (1988); CANOTILHO, José Joaquim Gomes et al. (Coord.). Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 2504 p. (Série IDP). ISBN 9788553172641. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 13. São Paulo: Saraiva, 2018. recurso online ISBN 9788553172832. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. 515 p. ISBN 9788595900257.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2006. 287 p. ISBN 8536208775

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; BERCOVICI, Gilberto (Org.). **República, democracia e desenvolvimento**: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013. 746 p. (Diálogos para o Desenvolvimento; v.10). ISBN 9788578111793.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade** estudos de direito constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502134249.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. 10. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555593402.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos fundamentais**: conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 279 p. (Teoria & direito público). ISBN 9788539200313.

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Gestão de Pessoas no Setor Público		CÓDIGO 23000016			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Proporcionar conhecimentos capazes de levar os discentes a refletir sobre a Gestão de Pessoas no Setor Público, capacitando-os a implementar e desenvolver os processos de Gestão de Pessoas, compreendendo sua inter-relação e interdependência com as demais áreas organizacionais e políticas da administração pública.					
EMENTA Evolução da Gestão de Pessoas no Setor Público. Processos de Gestão de Pessoas e legislação. Cultura Organizacional. Políticas de Gestão de Pessoas. Gestão por Competências. Qualidade de Vida no Trabalho. Tendências em Gestão de Pessoas no Setor Público.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas:** teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. 701 p. ISBN 9788570616197.

DUTRA, Joel Souza Et Al. **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas.** Rio de Janeiro: Atlas, 2019. recurso online ISBN 9788597020793.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional - evolução e crítica.** São Paulo Cengage Learning 2012 1 recurso online (Debates em administração). ISBN 9788522108534

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; FONSECA, Diogo Ribeiro da; PORTO, Valeria (Org.). **Estudos em Gestão de Pessoas no Serviço Público.** Nº 37, Brasília: ENAP, 2014. (Cadernos ENAP).

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar et al. **Gestão de pessoas nas empresas contemporâneas brasileiras.** Rio de Janeiro GEN Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788595152458.

HITT, Michael A de; MILLER, C. Chet, COLELLA, Adrienne. **Comportamento Organizacional.** 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2013. Rio de Janeiro LTC 2013 1 recurso online ISBN 978-85-216-2318-2.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina et al. **As pessoas na organização.** São Paulo: Gente, 2002. 306 p. ISBN 9788573123661

LUZ, Ricardo. **Gestão do Clima Organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 4ª reimpressão.

COMPONENTE CURRICULAR Gestão Pública e Desenvolvimento		CÓDIGO 23000017			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Proporcionar e habilitar aos alunos conhecimentos do desenvolvimento brasileiro, Gestão Pública e suas inter-relações com a economia.					
EMENTA Panorama descritivo do mercado brasileiro. Aspectos demográficos. O Brasil ao longo do século XX, etapas do crescimento econômico brasileiro. Desenvolvimento e distribuição de renda. Modelos de desenvolvimento econômico agroexportador e PSI. Inflação. Política fiscal, monetária e setor externo. Planos econômicos do Brasil.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas teoria e prática no Brasil**. 5. Rio de Janeiro GEN Atlas 2015.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. recurso online ISBN 9788597010206.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. São Paulo Saraiva 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: FIDENE, 1991.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de economia**. 6. São Paulo Saraiva 2011.

COMPONENTE CURRICULAR Contabilidade no Setor Público		CÓDIGO 23000018			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Proporcionar ao aluno a aquisição de competências profissionais através dos conteúdos fundamentais da contabilidade pública, desenvolvendo a compreensão das contas públicas do Brasil e a percepção crítica da elaboração do orçamento público brasileiro.					
EMENTA Regras gerais de Contabilidade. Fundamentação da Contabilidade Pública. Estrutura do Patrimônio Público. Escrituração do Patrimônio Público. Demonstrações Contábeis Públicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público:** abordagem objetiva e didática. 3. São Paulo: Atlas, 2021.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público.** 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, Sérgio et al./Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. **Contabilidade Introdutória.** – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública:** gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações 24 governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa [et al]. **Contabilidade pública:** de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9ª. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online ISBN 9788522477968.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Gestão de Políticas Públicas I		23000019			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Introduzir os estudantes ao estudo das políticas públicas, familiarizando-os com debates e abordagens fundamentais na área de Análise de Políticas Públicas.					
EMENTA					
Introdução ao estudo das políticas públicas. Relações entre Estado e sociedade. O papel das instituições na produção de políticas públicas. Políticas públicas como					

campo de estudos e como ação governamental. Processos de políticas públicas. Políticas públicas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. recurso online ISBN 9788522125470.

SOUZA, Celina Maria de; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Org.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: REVAN, 2006, 2013. 310 p. ISBN 8571063486.

ZIMERMAN, Artur; DIETRICH, Ana Maria (Org.). **Café com Políticas Públicas**: novas abordagens de políticas públicas no Brasil. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012. 293 p. (Coleção Café com PP) ISBN 9788565212069

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. FIOCRUZ, 2017.

MULLER, Pierre. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002. 155 p.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Ed.). **Handbook of public policy**. London: Sage Publications, 2006. 512 p. ISBN 9780761940616.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea, Volume 1 e 2. Brasília, ENAP, 2006.

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Gestão da Informação no Setor Público		CÓDIGO 23000020			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EAD	EXT
		4		1	
OBJETIVO Entender a importância da Gestão da Informação, no funcionamento das organizações do setor público, bem como para a melhoria contínua de suas práticas administrativas. Interpretar conceitos técnicos dos campos da Gestão da Informação; aplicar conceitos técnicos dos campos da Gestão da Informação; compreender as					

características essenciais da Gestão da Informação e a sua especificidade no âmbito das organizações do setor público.

EMENTA

A importância da comunicação na gestão pública; Sistemas de informação no setor público; os canais de informação e comunicação em setores públicos distintos aplicáveis nas práticas de gestão da informação; Sistemas de gestão de informações no setor público e a aplicação das tecnologias da informação, bem como seus impactos na gestão pública e na sociedade; legislação que regulamenta a gestão da informação no setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. **Gestão de informações no setor público**. Porto Alegre: SER SAGAH, 2018. recurso online ISBN 9788595023680.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de sistemas de informação: uma introdução**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013. 590 p. ISBN 9788580551105

TURBAN, Efraim. **Tecnologia da informação para gestão em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional**. 8. Porto Alegre Bookman 2013 1 recurso online ISBN 9788582600160.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTZAN, Paige. **Tecnologia orientada para gestão**. 6. Porto Alegre: AMGH, 2016. recurso online ISBN 9788580555493.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais e operacionais tecnologias da informação e as organizações do século 21**. 5. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. recurso online ISBN 9788597022902.

FERREIRA, Maria das Graças, Filho, Alecio Fiel, Kanaane, Roberto. **Gestão Pública Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2012. recurso online ISBN 9788522475131.

MORAIS, Izabelly Soares de. **Governança de tecnologia da informação**. Porto Alegre: SER SAGAH, 2019. recurso online ISBN 9788595023437

REZENDE, Denis Alcides. **Inteligência organizacional como modelo de gestão em organizações privadas e públicas guia para projetos de Organizational Business Intelligence - OBI**. São Paulo: Atlas, 2015. recurso online ISBN 9788597001440.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO 23000021			
Gestão de Projetos no Setor Público					
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	

OBJETIVO Possibilitar uma compreensão aprofundada sobre a elaboração, análise e monitoramento de projetos ligados ao setor público, considerando as interfaces entre Estado e terceiro setor. Criar condições para a ação prática na gestão de projetos considerando a participação e o envolvimento da sociedade para além da ideia de “público-alvo”, mas como participante ativa em ações que dizem respeito ao bem comum.
EMENTA Elaboração e análise de projetos voltados ao setor público. Relações entre o setor público e o terceiro setor. O conceito de “público não-estatal”. Abordagens participativas para elaboração de projetos no setor público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. Gestão social. Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online ISBN 9788595023130. BUARQUE, Cristóvam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. São Paulo: Elsevier, 1994. 266 p. ISBN 9788570011848. CONHECIMENTO em Gestão participativa: relatório e pesquisas. Brasil: Ed. MS, 2007. 91 p. (Série C: projetos, programas e relatórios).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P. Fundamentos de gestão de projetos. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597005622. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1994. 312 p. ISBN 8532610579. GABRIEL, Ricardo Alexander. eSocial prático para gestores. São Paulo: Erica, 2016. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Banco de dados projeto e implementação. 3. São Paulo: Erica, 2014. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. São Paulo: Atlas, 2014. recurso online ISBN 9788522487608.

COMPONENTE CURRICULAR Gestão Financeira e Orçamento Público		CÓDIGO 23000022			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO					

Esta disciplina tem como objetivo principal possibilitar ao aluno a compreensão das principais questões que estão envolvidas na formulação e na execução orçamentária e financeira do setor público brasileiro. Habilitar aos alunos conhecimentos de Finanças Públicas, suas inter-relações com a economia. Conhecer e discutir o orçamento público, previdência e sua aplicação nas organizações, bem como seus impactos e benefícios da gestão governamental, ressaltando o papel do Estado.

EMENTA

Fundamentos teóricos, metas e objetivos macroeconômicos. Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Indicadores econômicos. O papel do Estado nas economias de mercado. O setor público no Brasil. O marco jurídico – a Constituição Federal e as normas vigentes; os orçamentos fiscal e previdenciário, e os fundamentos que contemplam o sistema e que orientam o desenvolvimento do processo orçamentário público brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo: Atlas, 2013. recurso online ISBN 9788522479726.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 374 p.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: FIDENE, 1991.

FEIJÓ, Carmen Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (Org.). **Contabilidade social**: a nova referência das contas nacionais do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 326 p. ISBN 9788535228823.

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas teoria e prática no Brasil**. 5. Rio de Janeiro GEN Atlas 2015.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR Gestão de Políticas Públicas II		CÓDIGO 23000023			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EAD	EXT
		4		1	

OBJETIVO

Propiciar a análise e compreensão aprofundada dos processos que dão origem às políticas públicas, bem como a complexidade envolvida na implementação das ações governamentais. Examinar abordagens analíticas para a compreensão dos processos de entrada de temas nas agendas governamentais, com foco em experiências recentes no Brasil.

EMENTA

A complexidade dos processos de formulação e implementação de políticas públicas nas democracias contemporâneas. Processos de formação de agendas governamentais. Construção de problemas públicos. Tomada de decisão. Implementação de políticas públicas. Capacidades estatais e burocracias implementadoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPELLA, Ana Cláudia. **Análise de Políticas Públicas: da técnica às ideias.** Agenda Política. Vol. 3, p. 239-258, 2015

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil.** FIOCRUZ, 2017.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas – Coletânea,** Volume 1 e 2. Brasília, ENAP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947.

BIRKLAND, Thomas. **An Introduction to the Policy Process – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making.** M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil.** Organizações e Sociedade, Salvador, v. v.7, n. n.17, p. 59-86, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, no. 51, Fevereiro de 2003.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016. recurso online ISBN 9788522125470.

COMPONENTES OPTATIVOS

COMPONENTE CURRICULAR Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais		CÓDIGO 23000024			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Propiciar condições para o aluno discutir sobre Direitos Humanos, a partir dos seus fundamentos sócio históricos. Analisar os Direitos humanos a partir da sua relação com as políticas públicas, memória e justiça social, particularmente no que tange a realidade brasileira. Apresentar os conceitos de raça e etnia, racismo, preconceito e discriminação numa abordagem pluriétnica e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades mais democráticas de tratar a diferença.					
EMENTA Conhecimento dos fundamentos sócio-históricos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Políticas Públicas. Acessibilidade e Inclusão. Direitos Humanos: Memória e Justiça Social. Direitos Humanos: Cenários e Perspectivas no Brasil. Os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação, a partir das abordagens sociais e das matrizes étnico-raciais constituídas no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e discriminação Positiva. Cultura afro-brasileira e africana. Projetos interdisciplinares de Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos . 6. São Paulo Saraiva 2020 1 recurso online ISBN 9788553618446. GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Classes, raças e democracia . São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 231 p. ISBN 857326232X GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil . 2. ed. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004. 155 p. ISBN 8573263180.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 12. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553607884. MATTOS NETO, Antonio José de. Direitos humanos e democracia inclusiva . São Paulo Saraiva 2012 1 recurso online ISBN 9788502175792. MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil . 1. ed. Birigui: Boreal, 2013. 268 p. ISBN 9788599286449					

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas combatendo as desigualdades sociais**. São Paulo: Autêntica, 2010. recurso online ISBN 9788582178157.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Rio de Janeiro: Pallas, 2007. 335 p. ISBN 9788534703628.

COMPONENTE CURRICULAR Análise de Investimentos		CÓDIGO 23000025			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Proporcionar ao aluno conhecimentos relacionados à área financeira que possibilitem a tomada de decisão e a gestão das finanças organizacionais.					
EMENTA Conceito de valor do dinheiro no tempo. Conceito de fluxo de caixa. Calculadoras financeiras e tabelas financeiras. Juros simples e compostos. Taxa de juros (proporcionais, equivalentes, taxas nominal e efetiva, taxa over, taxa aparente e real) e inflação. Desconto. Séries uniformes de pagamentos. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. Análise de Investimentos (VPL, payback, custo-benefício, IL, TIR) e tomada de decisão.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMLOFFSKI, Rodrigo. Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas . São Paulo: Atlas, 2014. Recurso online ISBN 9788522486571. CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise de investimentos manual para solução de problemas e tomadas de decisão . 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Recurso online ISBN 9788597023299. SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. 286 p. ISBN 9788576057994.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 8. Rio de Janeiro: Atlas 2020. Recurso online ISBN 9788597026184. ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 14. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Recurso online ISBN 9788597021615.					

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Matemática financeira aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos**. São Paulo: Saraiva, 2013. Recurso online ISBN 9788502207615.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 775 p. ISBN 9788576053323.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com utilização da HP-12C** - edição compacta. 2. São Paulo: Atlas, 2009. Recurso online ISBN 9788522465811.

COMPONENTE CURRICULAR Gestão Ambiental		CÓDIGO 23000026			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Capacitar os acadêmicos nos princípios, conceitos, políticas e instrumentos para a Gestão Ambiental.					
EMENTA Conceitos fundamentais de ecologia. Biomas. Biodiversidade. Ações antrópicas. Legislação e normas ambientais. Licenciamento Ambiental. Histórico, evolução e conceitos básicos de Política Ambiental Internacional e Brasileira. Avaliação de impacto ambiental. Plano de Gestão Ambiental. Gestão Ambiental: histórico e conceitos; Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental; Planejamento Estratégico e a Gestão Ambiental; Sistema de Gestão Ambiental: histórico e evolução; Governança e Gestão do Meio Ambiente.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, Paulo de Bessa. Federalismo e competências ambientais no Brasil . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 9788522497959. BARBIERI, José Carlos. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547208325. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN 9788597011159.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos . 4. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 9788547208233. DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa . 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. ISBN 9788597017168.					

KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade metodologias para gestão**. Rio de Janeiro LTC 2015 1 recurso online ISBN 978-85-216-2962-7.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. **Curso de gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2014. ISBN 9788520443200.

RICKLEFS, Robert. **A economia da natureza**. 7ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. ISBN 9788527729635.

COMPONENTE CURRICULAR Instituições de Direito Público		CÓDIGO 23000027			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Proporcionar aos discentes, noções gerais sobre a Ciência Jurídica e seu papel na organização e funcionamento do Estado, com base na Constituição Federal e nos princípios dela decorrentes.					
EMENTA Introdução ao Direito: conceito, fontes, teoria geral da norma jurídica e do ordenamento jurídico. Teoria Geral do Estado: elementos fundamentais do Estado, Separação de Poderes, Formas de Estado, Formas e Sistemas de Governo. Direito Constitucional: conceito de constituição, poder constituinte, direitos e garantias fundamentais, processo legislativo. Direito Administrativo: regime jurídico administrativo e organização da Administração Pública. Direito Tributário: conceitos fundamentais do Direito Tributário, competência tributária, limites ao poder de tributar, espécies de tributos, obrigação tributária e crédito tributário.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado . 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p. ISBN 9788502188853. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário . 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. 562 p. ISBN 9788539202751. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 928 p. ISBN 9788539201600.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário . 5. São Paulo Saraiva 2011 1 recurso online ISBN 9788502157361. BONAVIDES, Paulo. Ciência política . 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 550 p.					

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 1103 p. ISBN 9788574209579

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 1127 p. ISBN 9788539200405.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1446 p. ISBN 9788502218741

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública I		CÓDIGO 23000028			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre teorias da democracia.					
EMENTA Gestão Pública. Teorias da Democracia. Experiências de democracia participativa e deliberativa no Brasil. Democracia e desigualdade.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Teoria do Estado filosofia política e teoria da democracia . 5. São Paulo: Atlas, 2016. recurso online ISBN 9788597007947 CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica . Porto Alegre: Artmed, 2009. 285p. (Biblioteca Artmed. Filosofia). ISBN 9788536318264. SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia . São Paulo: Ed. da UNESP, 2017. 582 p. ISBN 9788539306916.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil : Barry Ames; tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 409 p. ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil . Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985 (Fiocruz). COSTA, Homero de Oliveira. Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002) . Porto Alegre: Sulina, 2007: 286 p. ISBN 9788520504840. DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia . Brasília: Ed. UnB, 2009. 230 p. ISBN 9788523006211.					

LACLAU, Ernesto. **Hegemonía y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004, 2006. 246 p. ISBN 9505575955.

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública II		CÓDIGO 23000029			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T	P	EAD	EXT
		4		1	
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre Estado e Sociedade.					
EMENTA Gestão Pública. Esferas públicas estatal e não estatal. Terceiro Setor. Agentes Públicos, atores sociais e grupos de interesse. Setor Público e relações de trabalho. Administração Pública e Meio Ambiente.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo Cortez 2015 1 recurso online ISBN 9788524924439. DENHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2016. VIOLIN, Tarso C. Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica. 2ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FERNANDES, Rubem Cesar. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 156 p. OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995. 322 p. ISBN 8511090487. PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE). Coercion and the State. 1st ed. 2008. XI, 259 p (AMINTAPHIL: The Philosophical Foundations of Law and Justice, 1873-877X; 2). ISBN 9781402068799. TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor criação de ONGs e estratégias de atuação. 7. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597022186.					

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública III		CÓDIGO 23000030			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre justiça social.					
EMENTA Gestão Pública. Justiça Social. Teorias da Justiça. Justiça e igualdade. Justiça como equidade. Justiça comunitária. Reconhecimento e redistribuição.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas . 2. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555595758 FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. Teoria política contemporânea: uma introdução . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 229 p. ISBN 9788535227758 SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa . 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 349 p. ISBN 9788520010303.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DWORKIN, R. M. Levando os direitos a sério : a leitura moral da constituição norte-americana. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 568 p. ISBN 9788533623804. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 291 p. ISBN 8573262818. MOUFFE, Chantal. La paradoja democrática . Barcelona: Gedisa, 2003. 156 p. (Punto crítico). ISBN 8474328810. RAWLS, John. O liberalismo político : edição ampliada. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 636 p. (Biblioteca Jurídica WMF). ISBN 9788578273828. SEN, Amartya Kumar. A Ideia de justiça . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 492 p. ISBN 9788535919271.					

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública IV	CÓDIGO
--	---------------

Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais		23000031			
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre Poder Local.					
EMENTA Formas de exercício do poder local, município e territorialidade. O município na Constituição Federal de 1988. Municípios e gestão local. Sociedade civil e administração municipal. Novos arranjos locais: Consórcios Intermunicipais, Câmaras Regionais, Agências de Desenvolvimento e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico. Casos práticos e exemplos de gestão em âmbito municipal.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível Subnacional de Governo. Revista Administração em Diálogo . Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração – PUC/SP, 2008. MINTZBERG, Henry. Administrando governos, governando administrações. Revista do Serviço Público . Ano 49, N° 4, Out-Dez, 1998. SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública . Políticas Públicas - Coletânea ENAP. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. 2006.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BICHIR, Renata; JUNIOR, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas Nacionais de Políticas Públicas e seus Efeitos na Implementação: o caso do Sistema Único de Assistência Social. Revista Brasileira de Ciências Sociais , Vol. 35, N° 102, 2020. FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas . N° 21, 2000. LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: o lugar dos Estados no processo de Municipalização. Revista Política Hoje , N° 18, 2009. MARQUES, Eduardo; ARRETCHE, Marta. Condicionantes Locais das Políticas de Saúde. Caderno CRH , Salvador, N° 39, 2003. SALLES, Helena da Motta. Gestão democrática e participativa . 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.					
COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública V					CÓDIGO

Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais		23000032			
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre políticas públicas.					
EMENTA Estado da arte na pesquisa em políticas públicas (Formulação, Implementação, Avaliação). Políticas públicas no Brasil.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil . Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985 BIRKLAND, Thomas. An Introduction to the Policy Process – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001. RESENDE, Guilherme Mendes (Ed.). Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais . Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 2 v. ISBN 9788578112226 (v.1).					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização . 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947. BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. 2. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. recurso online ISBN 9786555595758. MORAN, Michael J.; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (Ed). The oxford handbook of public policy . New York: Oxford University Press, 2008. 983 p. ISBN 9780199269280. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Ed.). Handbook of public policy . London: Sage Publications, 2006. 512 p. ISBN 9780761940616. SOUZA, Celina Maria de; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Org.). Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros . Rio de Janeiro: Revan, 2006, 2013. 310 p. ISBN 8571063486.					

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública VI	CÓDIGO 23000033
Departamento ou equivalente	

Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5		Distribuição de créditos			
		T 4	P 	EAD 1	EXT
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre políticas sociais.					
EMENTA Administração Pública e Política Social. Temas setoriais: educação, saúde assistência social e combate à desigualdade. Políticas sociais em perspectiva comparada.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2011. 302 p. ISBN 8571061947. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras, 2001. 173 p. (Núcleos de pesquisa; 6). ISBN 8587064185. WANDERLEY, Mariangela (Org.). Desigualdade e a questão social. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2004 272 p. ISBN 9788528302332.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV, 2012. 227 p. ISBN 9788575412985 BIRKLAND, Thomas. An Introduction to the Policy Process – Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. M. E. Sharpe; Armonk, New York, London, England, 2001. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. PASSOS, Daniel Silva. Intervenção judicial nas políticas públicas o problema da legitimidade. São Paulo: Saraiva, 2014. recurso online ISBN 9788502215986. RICO, Elizabeth Melo (Coord). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 155 p. ISBN 852490674x					

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública VII	CÓDIGO 23000034
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	
CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos

Horas: 75 Créditos: 5	T 4	P	EAD 1	EXT
OBJETIVO Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre planejamento.				
EMENTA Fundamentos da administração estratégica. Conceituação de planejamento estratégico. Princípios e filosofias do planejamento estratégico. Método de elaboração e implementação do planejamento estratégico. Processo controle e avaliação do planejamento estratégico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CERTO, Samuel C; PETER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 321 p. ISBN 9788576058120. MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2004. 359 p. ISBN 9788536303055. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas . 14. ed. rev. São Paulo: Atlas, 1999. 303 p. ISBN 8522423962.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FISCHMANN, Adalberto A. Planejamento estratégico na prática . 3. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. recurso online ISBN 9788597016895. HITT, Michael; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização . 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008. 415 p. ISBN 9788522105205. MINTZBERG, Henry. Safari da estratégia um roteiro pela selva do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2010. recurso online ISBN 9788577807437. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior . Rio de Janeiro: Campus, 1992. 512 p. ISBN 8570015585. WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000. 433 p. ISBN 8522423571.				

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Avançados em Gestão Pública VIII	CÓDIGO 23000035			
Departamento ou equivalente Centro de Ciências Sócio-Organizacionais				
CARGA HORÁRIA: Horas: 75 Créditos: 5	Distribuição de créditos			
	T 4	P	EAD 1	EXT

OBJETIVO
Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre teoria das organizações.
EMENTA
A trajetória da Administração Pública. Organizações, modernidade e burocracia. Teorias e perspectivas disciplinares nos estudos da Administração Pública. Estudos organizacionais aplicados ao Setor Público. Interfaces e delimitações entre Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R (Org.). Handbook de estudos organizacionais . São Paulo: Atlas, 2014. v.3.
HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004 322 p. ISBN 9788587918765.
PAULA, Ana Paula Paes de. Teoria crítica nas organizações . São Paulo Cengage Learning 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARVALHO, Cristina Amélia. O poder nas organizações . São Paulo Cengage Learning 2007. (Debates em administração).
DAFT, Richard L. Organizações: teorias e projetos . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
MOTTA, Fernando C. Prestes. Introdução à organização burocrática . São Paulo Cengage Learning 2003.
PAULA, Ana Paula Paes de. Teoria crítica nas organizações . São Paulo: Cengage Learning, 2007. recurso online ISBN 9788522108480.
TRAGTENBERG, Mauricio. Burocracia e ideologia . 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 228 p.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Tópicos Avançados em Gestão Pública IX		23000036			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre cultura, comunicação e trabalho.					

EMENTA
Transformações contemporâneas na comunicação, na cultura e no trabalho. Processo de midiatização da sociedade. Tecnologia e trabalho no Setor Público. Interfaces entre comunicação, cultura e trabalho. Dinâmica sociocultural e Setor Público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro LTC 1989 1 recurso online ISBN 978-85-216-2397-7.
HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 349 p. (Temas de Atualidade). ISBN 85-150-0679-0.
KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno . São Paulo: EDUSC, 2001. 452 p. ISBN 8574600733.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia . Brasília: Ed. UnB, 2009. 230 p. ISBN 9788523006211.
KALIL, Renan Bernardi. A regulação do trabalho via plataformas digitais . 1. São Paulo: Blucher, 2020. recurso online (Direito, economia, sociedade). ISBN 9786555500295.
MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org). Mídia, esfera pública e identidades coletivas . Belo Horizonte: UFMG, 2006. 247 p. (Humanitas). ISBN 9788570415240.
MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). Imagem, visibilidade e cultura midiática . Porto Alegre: Sulina, 2007. 293 p. ISBN 9788520504642.
MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Mídia, representação e democracia . São Paulo: HUCITEC, 2010. 301 p. ISBN 9788579700316.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Tópicos Avançados em Gestão Pública X		23000037			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 75		T	P	EAD	EXT
Créditos: 5		4		1	
OBJETIVO					
Atualizar o conhecimento dos temas do debate contemporâneo da Gestão Pública sobre concessão e regulação no setor público.					
EMENTA					

Tendências do Direito Administrativo. O modelo regulatório brasileiro. Parcerias Público-Privadas. Agências Reguladoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3. Rio de Janeiro Forense 2013 1 recurso online ISBN 978-85-309-5037-8.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597024982.

COVA, Carlos José Guimarães. **Manual de estruturação de concessões e parcerias público-privada**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Novo perfil da regulação estatal administração pública de resultados e análise de impacto regulatório**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. recurso online ISBN 978-85-309-6746-8.

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (Org.). **Regulação e agências reguladoras: governança e análise do impacto regulatório**. Brasília: Anvisa, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO			
Língua Brasileira de Sinais I (Libras I)		20000084			
Departamento ou equivalente					
Centro de Ciências Sócio-Organizacionais					
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos			
Horas: 60		T	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4			
OBJETIVO					
Objetivo Geral:					
• Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; • Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;					

- Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver sua competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;
- Aprender uma comunicação básica de Libras;
- Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural;
- Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem;
- Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais;
- Compreender os surdos e sua língua partir de uma perspectiva cultural.

EMENTA

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.2v.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? **Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena (Coord.). **Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia**. Porto: Livpsic, 2013. 513 p. ISBN 9789897300240

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA-MACHADO, Lucienne M. da Costa; BREGONCI, Aline de Menezes; FERREIRA, Arlene Batista; XAVIER, Keli Simões (orgs). **Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação dos surdos**. Vitória: GM. 2010

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

Para cumprir os objetivos do Curso em formar tecnólogos em gestão pública com competências e habilidades relacionadas com o campo de atuação, as metodologias de ensino e de avaliação buscam valorizar as constantes transformações da área. Por isso, além do cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, os alunos são incentivados a ampliar sua formação por meio das horas complementares – que envolvem ensino, pesquisa, extensão e representação discente. A intenção é que os sujeitos desenvolvam sensibilidade para enfrentar os desafios que a sociedade impõe. Isto envolve pensar como o Setor Público pode lidar com as demandas de natureza socioeconômicas da sociedade brasileira, com vistas a construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, Resolução CNE/CP n. 1/2021, considera um dos princípios norteadores da educação tecnológica as “metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes”. Collor (2019) resume como metodologias algumas práticas detalhadas na Tabela 4.

TABELA 4: RESUMO DE METODOLOGIAS ATIVAS APONTADAS POR COLLOR (2019)

Metodologia Ativa	Papel Discente	Papel Docente
Aprendizagem baseada em projetos (ABP)	Constrói saberes de forma colaborativa, por meio da solução de desafios.	Inclui tecnologias como vídeos ou fóruns digitais, além de propor atividades que envolvam elementos concretos, tais como cartazes e maquetes.
Aprendizagem baseada em problemas	Foca na parte teórica da resolução de casos. O método promove a interdisciplinaridade, um dos focos centrais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	Propõe a construção de conhecimento através de debates e júris, discutindo em grupo um problema.

Gamificação	Interage com elementos de jogos e desafios, gerando maior engajamento, motivação e aprendizagem de modo criativo.	Utiliza elementos como jogos e desafios em situações de sala de aula.
Sala de aula invertida (<i>flipped classroom</i>)	Atua em dois momentos: 1. Online: estuda sozinho, aproveitando materiais da internet. 2. Presencial: compartilha com o grupo sua compreensão do tema, trocando saberes com o professor e os colegas.	Propõe o ensino híbrido, com uso da internet, inicialmente, e mediação do conteúdo em sala de aula, posteriormente.
Aprendizagem entre pares	Responde questões em dupla e/ou grupos, para trocar informações e construir o conhecimento acerca de determinado tema entre pares.	Apresenta questões para que os alunos respondam em duplas, mapeia as respostas utilizando aplicativo, decide por três caminhos diferentes: a) Mais de 70% de acertos - reinicia o processo de exposição dialogada e apresenta uma nova questão sobre um novo tópico; b) Entre 30% e 70% de acertos - reagrupa os alunos em pequenos grupos para que tentem explicar uns aos outros; c) Menos de 30% de acertos - explica novamente o conceito oralmente.

Fonte: Adaptada de Collor (2019).

Além destas, serão considerados ainda alguns citados por Andrade e Amboni (2002) como: aula expositiva, trabalhos em grupo, discussão 66 ou Phillips 66, seminário *brainstorming* (ou tempestade de ideias), dramatização, estudo de casos, estudo do meio, trabalho com textos, discussão dirigida, ensino em laboratório, dinâmicas de grupo, oficinas pedagógicas, painel com interrogatório, GV-GO, grupo de cochicho, zum-zum face a face, entrevista, painel integrado, painel progressivo, simpósio, encadeamento de ideias, discussão circular, técnica de ruminação, fórum, júri pedagógico. Também serão considerados o método do debate simulado ou *role play debate* (MOGRA, 2012), bem como o cineclubismo (LIMEIRA, 2015).

Levando-se em conta a existência de métodos híbridos em várias das propostas de metodologias ativas referidas acima, bem como a autorização da Portaria 2.117/2019 para ampliação da carga horária de educação a distância em cursos presenciais de graduação para o limite de 40%, o Curso de Gestão Pública reservou 20% da carga horária de cada

disciplina à modalidade de Educação à Distância (EaD)¹⁰, prevendo a possibilidade de todas as disciplinas oportunizarem atividades presenciais no campus e de forma virtual, via plataformas digitais da UFPel. No ensino híbrido, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), pode-se adotar tecnologias facilitadoras, como a webconferência e ferramentas de colaboração.

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (art. 1º do Decreto n. 9.057/2017). A partir desta concepção, na UFPel, compreende-se que EaD caracteriza-se por ser uma modalidade de educação configurada pela distância física e temporal entre os sujeitos envolvidos, cujo processo de ensino/aprendizagem e de interação é mediado pelo uso de tecnologias educacionais digitais. A metodologia pensada para os componentes curriculares está fundamentada nos referenciais pedagógicos e nos princípios do Núcleo de Políticas de Educação a Distância NUPED, sintetizados na forma de concepções:

- a. visão de conhecimento que está em permanente construção;
- b. entendimento de que os conteúdos de ensino têm origem em ações de curadoria, criação, cocriação e reuso, devendo ser armazenados em repositórios abertos para uso público;
- c. compreensão de que a Educação com utilização de recursos digitais amplia as possibilidades de criação de situações de ensino e de aprendizagens;
- d. conhecimento de que as atividades de ensino incluem preocupação com acolhimento e cuidado dos aprendentes, bem como com a disposição permanente

¹⁰ As exceções são a disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais I (Libras I) – código 20000084, sob responsabilidade do Centro de Letras e Comunicações, que possui carga horária de 4 créditos ou 60 horas teóricas (integralmente presenciais), além das disciplinas *Ética e Administração Pública*, *Direito e Administração Pública*, *Formação do Estado Brasileiro*, *Seminários de Gestão Pública I* e *Seminários de Gestão Pública II*, que possuem cargas teóricas e de extensão (EXT). De acordo com o PPC, na Formação Específica, há previsão para a realização de **17 créditos** ou **255 horas** em componentes curriculares na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o que corresponde a **14,40%** da carga horária total do Curso.

- para escutas sensíveis, possibilitando, assim, estratégias de aprendizagem que coloquem o estudante como protagonista;
- e. entendimento de que a aprendizagem ocorre em processos de construção, a partir da ação do sujeito e de interações que lhe sejam significativas (associados à bagagem cognitiva);
 - f. consciência de que atividades que pressupõem uso da criatividade e de interatividade podem potencializar aprendizagens cooperativas e colaborativas que sejam significativas;
 - g. compreensão de que o desenvolvimento da autonomia e das relações de cooperação e colaboração influenciam positivamente na ampliação do processo cognitivo;
 - h. visão de avaliação como parte permanente da formação que objetiva contribuir para que docentes e discentes avaliem os processos e atividades de ensino e de aprendizagem.

O uso de modelos híbridos de ensino é defendido por Collor (2019), para quem o estudante articula atividades presenciais e à distância, com vídeos e exercícios interativos. Tanto o aprendizado presencial quanto o aprendizado em EaD podem usar metodologias ativas, cujo uso fazem do aluno o protagonista, participando ativamente de sua jornada educativa.

Em linhas gerais, estes são os procedimentos metodológicos, os recursos e os materiais didáticos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem do Curso de Gestão Pública – que estão e estarão sempre em constante reavaliação por parte do corpo docente na busca de metodologias inovadoras e ativas.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é feita de acordo com o Regimento e com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel (2018). Este define as regras para a determinação do aproveitamento do ensino. Com base nas normas da UFPel, deverão ser realizadas no mínimo duas avaliações por semestre para cada disciplina. Por outro lado, é importante destacar que o acompanhamento dos alunos deverá ser constante para o saneamento de dúvidas ou a verificação de conhecimentos que se desenvolvem ou se apresentam em sala de aula.

As avaliações, cujos critérios são explicitados a seguir, têm por finalidade medir e acompanhar o crescimento e aprendizado dos alunos, através da coleta de resultados semestrais. Para que haja um acompanhamento real do desempenho, torna-se imprescindível que os coeficientes de aproveitamento dos trabalhos, seminários e demais avaliações sejam obrigatoriamente acrescidos de um parecer ao estudante, feitos de forma verbal ou escrita, com o objetivo de que a avaliação se torne motivadora de um contínuo crescimento.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem papel central na avaliação contínua do PPC, sendo corresponsável “pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, visando à continuada promoção de sua qualidade” (UFPel, 2013, p.01). A Universidade Federal de Pelotas também conta com o Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP), que promove reuniões regulares para avaliação dos processos de ensino e aprendizagem na Universidade. Atualmente, o CCSO tem 3 (três) docentes que representam o Centro no GIP e colaboram, assim, na orientação de docentes sobre práticas e didáticas mais adequadas a cada momento e na superação de dificuldades de aprendizagem durante a trajetória acadêmica.

Os dispositivos formais de avaliação dos estudantes devem ser considerados a partir das diferentes especificidades dos componentes curriculares. Apesar de a aplicação de provas ser o método tradicionalmente mais utilizado, dependendo da característica da disciplina, os professores poderão adotar outras estratégias que considerem mais adequadas para a avaliação do aluno. Todas as regras envolvendo os tipos de avaliação adotados, datas, pesos e valores deverão ser comunicados ao estudante no início de cada

semestre, a partir do plano da disciplina – eventuais modificações dos critérios durante o semestre igualmente deverão ser comunicadas aos alunos dentro de um prazo razoável.

A liberdade de cátedra é um dos princípios da educação brasileira, estando expresso no art. 206, inciso III, da Constituição Federal, que diz que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” – dispositivo repetido também no art. 3º, inciso III, da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). O artigo 13º, inciso III da LDB é bastante assertivo quando afirma que os docentes incumbir-se-ão de “**zelar pela aprendizagem dos alunos**” (grifo nosso).

Não cabe ao NDE nem ao Colegiado do Curso imiscuir-se na atividade docente para determinar quais formas ou critérios de avaliação deverão ser aplicados. Estes cabem única ou exclusivamente ao professor responsável pela disciplina. Abaixo são listados, **em caráter meramente exemplificativo**, alguns dos instrumentos de avaliação correntemente aplicados no Curso:

- avaliação/trabalho coletivo ou individual de cunho teórico, com ou sem consulta, realizado em sala de aula em outro momento;
- organização de seminário teórico/prático apresentado pelos estudantes;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais realizados em sala de aula ou em outros momentos;
- trabalhos práticos coletivos ou individuais com apresentação de relatório em seminário;
- resenha de textos, relatos críticos, artigos e monografias.

O sistema de avaliação segue rigorosamente o Regimento Geral da UFPel, que define, nos artigos 183 a 198, que a verificação da aprendizagem é feita por unidade curricular incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A avaliação é contínua, processual e sistêmica. A frequência às aulas e às demais atividades acadêmicas é obrigatória. Independentemente dos demais resultados alcançados, é considerado reprovado na unidade curricular o aluno que não obtenha a frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e atividades ministradas. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor por meio de registros no

Sistema COBALTO. É vedado o abono de faltas, admitindo-se apenas a compensação da ausência às aulas mediante a atribuição de exercícios domiciliares nos termos do regulamento e da legislação em vigor (como serviço militar ou problemas de saúde, com laudo da perícia médica).

As notas de provas e a média final são graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), admitida uma casa decimal. A média aritmética das verificações constitui a nota semestral, considerando aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0 (sete). Considerar-se-á definitivamente reprovado o aluno que obtiver média semestral inferior a 3,0 (três). O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três), com frequência igual ou superior a 75% das aulas, submeter-se-á a um exame final, versando sobre toda a matéria lecionada no período. E considerar-se-á aprovado o aluno que, após realizar o exame final, obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da divisão por 2 (dois) da soma da nota semestral com a do exame final. É assegurado ao aluno, desde que devidamente fundamentado, o direito de requerer a revisão de avaliações, até 72 horas após a realização da mesma.

Ao aluno que não comparecer às provas de aprendizagem é concedida outra oportunidade para realizá-las, desde que venha requerê-las na vigência do módulo e comprove: impedimento legal, motivo de doença atestada por médico e motivo de força maior. É importante destacar que se reserva ao professor o direito de definir quais as atividades de recuperação que serão adotadas, bem como o tempo previsto para a execução das mesmas.

4.3. APOIO AO DISCENTE

A UFPel possui setores voltados ao atendimento discente, com destaque para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Nesse órgão, a Coordenação de Assistência Estudantil gerencia a Casa do Estudante, espaço que congrega estudantes dos cursos da UFPel que não possuem condições de moradia, por serem de outras cidades e/ou de baixa renda. Outras formas de apoio são também promovidas pela UFPel, como o Auxílio-moradia, o Auxílio-deslocamento, a bolsa permanência e o auxílio eventos, para citar alguns. Muitos deles representam uma contribuição mensal para a fixação e mobilidade

de estudantes de fora e/ou da cidade de Pelotas que apresentam dificuldades financeiras. Mais recentemente, a PRAE instituiu a formatura institucional – lançando editais para que os prováveis formandos se inscrevam e possam participar de uma solenidade de formatura aberta ao público “em uma proposta inclusiva e igualitária que oportuniza aos estudantes a colação de grau custeada pela própria Universidade (PRAE, 2020). Além disto, regularmente são publicados Editais de Programas de Assistência Estudantil, os quais possuem recursos destinados à retenção e conclusão dos estudos.

A PRAE conta ainda com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPAD), responsável pelo apoio e orientação emocional aos estudantes com dificuldades pessoais e/ou de aprendizado. O NUPAD também promove encontros de grupos de apoio psicológico e palestras sobre saúde mental visando a difundir o apoio institucional fornecido.

Existe também uma política de apoio que oportuniza que discentes possam cadastrar seus filhos para que tenham acesso ao restaurante universitário. Há, atualmente, três unidades do Restaurante Universitário: uma localizada no Campus Capão do Leão, outra no Campus Anglo e uma no Campus Centro. Todas servem refeições com cardápio semanal aos estudantes que têm direito ao auxílio-alimentação, disponíveis também aos demais estudantes a preços populares.

Outro setor de destaque ao atendimento estudantil é a Coordenação de Políticas Estudantis, que desenvolve várias iniciativas, principalmente a partir de editais de fomento, voltados a temas e ações como bolsas para a iniciação ao trabalho, editais para a realização de eventos acadêmicos, bolsas de desenvolvimento institucional, além da já mencionada cerimônia de formaturas institucionais. Existem também editais específicos para a permanência de estudantes de origem indígena ou quilombola.

A PRE possui também vários canais de atendimento e suporte aos estudantes, tais como a Coordenação de Pedagogia Universitária (CPU) e a Coordenação de Ensino e Currículo (CEC), responsáveis pela interlocução pedagógica entre alunos e professores.

Em sintonia com os objetivos estratégicos elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Conselho Universitário da UFPel, em julho de 2016, aprovou a Resolução n. 08, que trata da aprovação do Plano Institucional de Acessibilidade, visando a “articular, fomentar e consolidar uma política de acessibilidade e inclusão na UFPel, promovendo adequação frente às barreiras pedagógicas,

arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, informação e comunicação, a fim de promover a acessibilidade e permanência dos alunos, docentes e técnico-administrativos com deficiência na comunidade universitária”. O Curso de Gestão Pública já acessou em diversos momentos o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Este tem a responsabilidade de gerenciar as ações de acessibilidade e inclusão na UFPel, identificar a população com deficiência por meio de autodeclaração e identificar e habilitar prédios da universidade, garantindo igualmente espaço físico para atendimentos. O Núcleo, além de atender o discente, envia orientações aos coordenadores de curso e aos docentes, elaborando documentos orientadores para que os mesmos possam atender os alunos com necessidades especiais da melhor forma possível. Tais documentos oferecem sugestões de encaminhamento, estratégias e metodologias alternativas, seja nas questões didáticas como na avaliação; apoiando projetos de extensão e pesquisa que promovam a acessibilidade; encaminhando alunos para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUPAD), da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; capacitando técnicos-administrativos lotados no NAI.

O NAI recebe demandas do corpo docente, discente e técnico-administrativo, busca a aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas, gerando e acompanhando processos administrativos para atendimento de alunos e servidores com deficiência, oferecendo serviços de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais nos cursos de graduação e pós-graduação, em reuniões, defesas de teses e dissertações, dentre outros.

No âmbito do Curso, o Colegiado busca estar atento às necessidades específicas dos alunos que demonstrem dificuldades de acompanhamento das disciplinas ou problemas de frequência, encaminhando, conforme o caso, ao apoio discente oportunizado pela PRAE/UFPel. Quando os estudantes procuram pela Coordenação do Curso, essa dá o primeiro atendimento para posterior encaminhamento junto aos setores responsáveis.

O Centro de Ciências Sócio-Organizacionais é reconhecido pela sua relação harmônica entre docentes, técnicos-administrativos e discentes. Há muitas iniciativas promovidas com o intuito de integrar e fornecer apoio aos alunos. O *Café com a Direção*, por exemplo, é uma iniciativa que promove encontros regulares da Direção do CCSO com estudantes de todos os cursos, para ouvir suas demandas e necessidades.

FIGURA 1: CAFÉ COM A DIREÇÃO



Fonte: CCSO (2021).

Outra iniciativa promovida pela Direção da unidade é o *Conexão CCSO*, que tem por objetivo promover palestras e encontros sobre mercado de trabalho, empreendedorismo, direitos humanos e temas transversais que sejam de interesse comum dos cursos de Administração, Gestão Pública, Turismo e Processos Gerenciais. Esta atividade é uma continuação do antigo *Conexão FAT*.

FIGURA 2: CONEXÃO CCSO



Fonte: CCSO (2021).

Além disto, o Acolhida CCSO tem sido considerado uma referência para toda a universidade. Trata-se de um conjunto de ações direcionadas aos alunos ingressantes dos cursos de graduação em Administração, Turismo, Processos Gerenciais e Gestão Pública, com o objetivo de integrá-los por meio de atividades sociais, culturais e informativas. A Acolhida envolve a recepção dos ingressantes pela comunidade do CCSO, a prestação de informações sobre o funcionamento da universidade e seus diversos setores, um tour e apresentação da estrutura da Universidade, a realização de um piquenique de confraternização, entre outras atividades culturais e informativas em parceria com projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPel.

FIGURA 3: ACOLHIDA CCSO



Fonte: CCSO (2021).

Em linhas gerais, estes são os movimentos cotidianos e presentes na Universidade Federal de Pelotas que buscam oferecer apoio a seus discentes.

5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

5.1. COLEGIADO DO CURSO

As atribuições do Colegiado seguem as definições estabelecidas pelo Estatuto da UFPel, artigos 65 a 67 e o Regimento Geral da UFPel, artigos 122 a 126, destacando que o Colegiado é o órgão de coordenação didática, tendo por premissa coordenar e supervisionar o Curso de Gestão Pública no âmbito do ensino.

De acordo com a Portaria Interna do CCSO n. 10, de 10 de março de 2021¹¹, Colegiado do Curso de Gestão Pública é composto atualmente por 10 membros, sendo 8 professores diretamente vinculados às disciplinas que conformam sua matriz curricular, além de envolverem-se em projetos de ensino/pesquisa/extensão em seu âmbito, bem como 2 representantes discentes.

Os membros do Colegiado devem participar das reuniões, sempre que convocados pelo Coordenador. Nestas oportunidades, são tratados os mais variados temas – pedagógicos, institucionais, administrativos, etc. – que são analisados, debatidos e deliberados. A definição e organização das pautas das reuniões, assim como a condução das mesmas é de responsabilidade do Coordenador do Curso. As pautas também podem ser solicitadas pelos integrantes do Colegiado, pela direção do CCSO ou podem mesmo partir de demandas oriundas da Administração Central da UFPel.

Segundo o Regimento da UFPel, são ainda atribuições do Colegiado do Curso:

- coordenar e supervisionar o Curso;
- receber reclamações e recursos na área do ensino;

¹¹ Compõem o Colegiado do Curso de Gestão Pública os **professores** Daniel Lena Marchiori Neto (Coordenador do Colegiado), Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo, Marcio Silva Rodrigues, Caroline Casali, Marcio Barcelos, Dary Pretto Neto, Rodrigo Serpa Pinto e Flávia Braga de Azambuja, e os **representantes discentes** Louise Oliveira Elias e Rodrigo Paiva da Rosa.

- apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
- elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- propor ao Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes;
- emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;
- assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;
- estabelecer normas para o desempenho de professores orientadores;
- emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
- aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
- aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;
- propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;
- elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

A Coordenação do Curso, ligada ao Colegiado do Curso, possui as suas atribuições alinhadas com o estabelecido pelo Regimento Geral da UFPel, artigo 127, sendo responsável por presidir os trabalhos do Colegiado e regular o funcionamento do curso. São atribuições do Coordenador:

- integrar o Conselho Universitário, quando for o caso;
- presidir os trabalhos do Colegiado do Curso;

- responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;
- fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;
- coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
- designar os professores-orientadores;
- receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado do Curso;
- solicitar aos Chefes de Departamento as providências necessárias ao regular funcionamento do Curso;
- cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado do Curso;
- assegurar o regular o funcionamento do Colegiado do Curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- comunicar o Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado.

5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Considerando a Resolução COCEPE n. 22/2018, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Gestão Pública foi instituído pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública e homologado pelo Conselho do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais. Sua composição atende as normativas instituídas pela UFPel, sendo atualmente constituído, de acordo com a Portaria Interna CCSO n. 32, de 15 de junho de 2021, pelos seguintes professores: Daniel Lena Marchiori Neto (Presidente), Dary Pretto Neto, Flávia Braga de Azambuja, Marcio Barcelos e Rodrigo Serpa Pinto.

O NDE tem caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do Curso, responsável e atuante nas

definições do Projeto Pedagógico do Curso e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e da consolidação do mesmo. O NDE está de acordo com a Resolução CONAES n. 01 de 17 de junho de 2010 e Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018, que define, no artigo 2º, suas atribuições:

- I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
- II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
- III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
- VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
- VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
- VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;
- IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou credenciamento institucional;
- X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

O *relatório referendado de bibliografias*, a que se refere o art. 2º, inciso IX, da Resolução COCEPE 22/2018 foi aprovado em reunião do NDE no dia 8 de novembro de 2021 (Apêndice 2). Cabe salientar ainda que as responsabilidades do NDE do Curso de Gestão Pública deverão ser sempre revistas, quando for o caso, mediante definição de novas normativas instituídas pela UFPel. Igualmente, em situações em que algum integrante não consiga atender suas responsabilidades junto ao Núcleo, os membros

poderão votar pela substituição do mesmo, visando a não prejudicar o andamento das atividades. Após, a presidência do NDE deverá comunicar essa deliberação ao Colegiado do Curso, em busca da definição de um novo integrante.

5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

A avaliação continuada do Curso, do currículo e dos professores é realizada ao final de cada semestre pelos alunos através de instrumento único para toda a universidade. Este é criado e gerido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA-UFPEL) e disponibilizado para os estudantes através do sistema COBALTO – e pode ser preenchido de forma anônima. Os professores têm acesso à avaliação do seu desempenho por disciplina ministrada semestralmente, sendo que esta avaliação interfere na pontuação do Relatório Anual de Atividades Docentes e, conseqüentemente, para sua progressão funcional.

A avaliação integra o processo de implementação e aferição dos resultados obtidos e dos esperados. Isto permite diagnosticar se os objetivos propostos pelo PPC estão sendo atingidos ou se é necessário estabelecer mudanças, tais como: qualificação/capacitação docente, reestruturação dos componentes curriculares, ampliação de bibliografias, adoção de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, dentre outras. Tais informações constituem, portanto, um arcabouço importante para análise em reuniões pedagógicas, tanto no NDE como no Colegiado.

A avaliação do currículo deverá ser feita periodicamente por um instrumento definido e avaliado pelo NDE, aplicado aos alunos formandos – que já tiveram oportunidade de passar por todos os semestres do Curso. O resultado da avaliação deverá ser apresentado em reunião de colegiado para discussão e tomada de providências.

Outro instrumento de avaliação se dá a partir de pesquisa realizada junto aos egressos do Curso. A partir de suas colocações no mercado de trabalho, bem como da avaliação crítica acerca da aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos ao longo da faculdade em suas demandas profissionais, é possível manter uma constante análise da pertinência do currículo em vigência.

6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos deve permitir ao Curso conhecer os resultados de sua formação, seja na área acadêmica, na inserção no campo de trabalho ou até na descontinuidade da atuação na área. Uma pesquisa eficiente de acompanhamento fornecesse informações importantes para direcionar mudanças e ajustes na estrutura curricular, além da análise em relação ao perfil profissional pretendido e atingido pelos egressos.

No Curso de Gestão Pública, a interlocução com os egressos ocorre de forma permanente, a partir de convite para participar de palestras, rodas de conversa com os alunos e demais projetos empreendidos no CCSO, apresentando o panorama de empregabilidade e possibilidades que o Curso disponibiliza.

A UFPel estabeleceu o Portal do Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/egresso/>) e o Portal para Acompanhamento de Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/ifcc/>), suporte comum para o trato com egressos dos cursos da Universidade. O Portal do Egresso é uma ação da Pró-Reitoria de Planejamento, por meio da Coordenação de Regulação e Acompanhamento (CORAC), com o apoio do Núcleo de Informações Institucionais (NINFI). Tem como propósito acompanhar os profissionais formados pela instituição e, através das informações registradas pelos ex-alunos, identificar o índice de sucesso da instituição com base na inserção de seus egressos no mercado de trabalho. A *Pesquisa do Egresso* proporciona um diagnóstico que auxilia na identificação de potenciais melhorias no Curso.

Ao final de cada semestre, os formandos são cadastrados no Portal e estimulados a fazer depoimentos sobre o Curso e sua contribuição para a trajetória profissional. Cabe também ao Colegiado do Curso atualizar e registrar essas informações a cada semestre, assim como acompanhar as considerações feitas no Portal para fins de avaliação e revisão do PPC.

Prevê-se, ainda, a cada ano, que a Coordenação do Curso mensure o grau de satisfação dos egressos com a formação que receberam através de questionário *online*, com escalas validadas internacionalmente, cujos resultados são transformados em indicadores para fins de acompanhamento da performance do Curso. A ideia é criar um banco de dados que permita fazer a análise dos pontos fortes do Curso, pontos fracos,

oportunidades de melhoria, sugestões e críticas que possam embasar correções e ajustes. Busca-se conhecer os setores nos quais os alunos estão empregados, o perfil das organizações empregadoras, a remuneração média, se realizaram pós-graduação (onde e quando), perfil dos cargos que ocupam, entre outras informações. Também é previsto a identificação da medida em que os egressos se sentiram acolhidos, seguros, bem recebidos e orientados durante o ensino de graduação. A elaboração do instrumento de pesquisa conta com o apoio do NDE do Curso.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Resolução COCEPE n. 10/2015 estabeleceu o regulamento geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em seu art. 1º, prevê a caracterização e o estabelecimento dos procedimentos administrativos para submissão, execução e avaliação dos Programas e Projetos nestas três dimensões. O art. 2º, por sua vez, estabelece que estes devem estar articulados ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos cursos de graduação e/ou pós-graduação, visando à promoção da interdisciplinaridade e a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A mesma resolução adotou submissão de Projetos Unificados por meio de cadastro único para Programas, Projetos e Ações de Ensino, Pesquisa e/ou Extensão. Esta nova modalidade de projetos, por si, já parte da indissociabilidade inerente entre os três âmbitos, considerando apenas a ênfase em algum deles em específico. Assim, por exemplo, um projeto pode ter ênfase em Pesquisa, mas prever ações de Ensino e/ou Extensão.

Dentro do Curso de Gestão Pública, os projetos unificados empreendidos pelo corpo docente atenderão à lógica da referida indissociabilidade, devendo haver estímulo constante à participação discente. É bom lembrar que os alunos, para integralizar o currículo, devem contabilizar horas complementares, conforme explicitado no item 3.8 deste PPC. Nesse sentido, muitas das ações empreendidas pelos docentes, em seus respectivos projetos, vem contando com fomento de diversas agências, como CNPq,

FAPERGS e a própria UFPel em editais próprios.

Abaixo segue a lista de Projetos Unificados cadastrados pelo corpo docente, realizados no âmbito do Curso de Gestão Pública, e que se encontram ativos no corrente ano de 2021:

QUADRO 7: PROJETOS UNIFICADOS ATIVOS EM 2021

Título	Ênfase	Professor responsável
Comunicação Pública e Midiatização: fluxos e circuitos comunicacionais entre organizações e públicos	PESQUISA	Caroline Casali
Gestão Pública em Foco	ENSINO	Daniel Lena Marchiori Neto
Coisa Pública – blog de gestão pública da UFPel	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
Gestão Pública em Ação	EXTENSÃO	Daniel Lena Marchiori Neto
A teoria do Estado na obra de Michael Oakeshott	PESQUISA	Daniel Lena Marchiori Neto
Grupo de Estudos em Gestão Pública	ENSINO	Dary Pretto Neto
Revista Eletrônica de Administração e Turismo - REAT	EXTENSÃO	Elvis Silveira Martins
Trabalhadores de empresas-aplicativo em tempos de COVID-19: alternativas e enfrentamentos possíveis	EXTENSÃO	Fabiano Milano Fritzen
A influência do uso de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas no acesso, permanência de PCD no ensino superior	PESQUISA	Flavia Braga de Azambuja
A gestão nas Organizações Públicas sob a tríade: saúde, ambiente e sustentabilidade	PESQUISA	Isabel Cristina Rosa Barros Rasia
Avaliação Institucional da Educação Superior: um estudo comparativo entre as universidades gaúchas	PESQUISA	Rodrigo Serpa Pinto
Análise e melhoria dos processos de arrecadação municipal: proposição de um modelo integrado de gestão	PESQUISA	Rosana da Rosa Portella Tondolo

Dos projetos aqui listados, cabe deter-se um pouco mais em alguns deles. Primeiramente, é importante destacar que o Programa de Extensão *Gestão Pública em Ação* (código 278 - Cobalto) nasce da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública, dado a necessidade de integralização da extensão em sua matriz curricular. Este programa busca coordenar a prática extensionista a ser realizada pelos

estudantes no âmbito de disciplinas obrigatórias¹² e atividades complementares.

O projeto *Gestão Pública em Foco* tem por finalidade a organização de ciclos de palestras e cursos de curta duração na área de Gestão Pública. Os eventos terão temáticas relacionadas principalmente com o mercado de trabalho no setor público, ética do servidor, Teoria do Estado, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Priorizando a participação de palestrantes externos à universidade, as atividades terão o objetivo de fortalecer o ciclo de ensino-aprendizagem entre profissionais e alunos, através de um espaço de troca de experiências. Um exemplo de atividade foi a realização da Aula Magna do Curso de Gestão Pública com a Profa. Dra. Laura Carvalho da Universidade de São Paulo (Figura 3).

FIGURA 4: AULA MAGNA COM LAURA CARVALHO (USP)



Fonte: CCSO (2021).

O projeto de ensino *Grupo de Estudos em Gestão Pública* tem por objetivo geral fomentar estudos e discussões científicas a respeito de temas inerentes à gestão pública.

¹² Conforme explicitado no item 3.9 deste PPC, o programa Gestão Pública em Ação está inserido nas ementas das disciplinas *Ética e Administração Pública*, *Formação do Estado Brasileiro*, *Direito e Administração Pública*, *Seminários em Gestão Pública I* e *Seminários em Gestão Pública II*.

No que diz respeito à dinâmica da atividade, prevê encontros semanais de uma hora e meia entre docentes e discentes, onde empreendidas diversas atividades como (a) apresentação e discussão de temas, a partir de um roteiro elaborado pelo professor; (b) resolução de questões e situações-problema, a partir do material estudado; (c), debate sobre o tema estudado, a fim de proporcionar à socialização dos conhecimentos e o debate de soluções; (d) palestras proferidas por gestores das diversas áreas da gestão pública.

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O Curso de Gestão Pública é lotado no Centro de Ciências Sócio-Organizacionais (CCSO) junto aos cursos de Bacharelado em Administração (vespertino e noturno), Bacharelado em Turismo e Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais. O CCSO incentiva a formação acadêmica através de ações interdisciplinares, da flexibilidade curricular e da mobilidade acadêmica. Para tanto, promove palestras e eventos conjuntos, tendo em vista que o corpo docente é compartilhado entre os diversos cursos.

A busca por uma maior integração é frequentemente enfatizada pela Direção do Centro e pelos coordenadores. Diversas iniciativas podem ser enumeradas neste sentido, como os já mencionados *Café com a Direção*, *Conexão CCSO* e o projeto *Acolhida CCSO*. Vale ressaltar também que o CCSO conta com dois periódicos que abarcam a pesquisa desenvolvida em todo o centro: *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT* (ISSN 2316-5812) e *Revista Eletrônica Academicus* (ISSN 2318-6461).

Há que se destacar, ainda, a forte interdependência e relação entre os cursos de gestão do CCSO, com compartilhamento de professores, infraestrutura física e tecnológica e recursos. A estrutura de Centro – recentemente adotada pela unidade – facilita a mobilidade, interdisciplinaridade e complementaridade de recursos, uma vez que a segmentação de docentes não se dá mais por Departamentos.

No que tange à Matriz Curricular do Curso, entendendo que a visão plural contribui para a formação de um agente mais crítico e responsável sobre as práticas organizacionais, os discentes do Curso de Gestão Pública são incentivados a realizar disciplinas em outros cursos, na modalidade de matrícula especial, sendo tais créditos

passíveis de cômputo para a Formação Complementar. Ressalta-se também como fator de integração o fato de que disciplinas obrigatórias/optativas do Curso de Gestão Pública são também componentes obrigatórios/optativos em outros Cursos (exemplo das disciplinas de Instituições de Direito Público, Gestão Ambiental, Análise de Investimentos e Análise de Dados para Tomada de Decisão).

No âmbito da pós-graduação, o CCSO oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, o MBA Gestão Estratégica de Negócios e dois programas de mestrado: Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (DTSA) e Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP). Os egressos do Curso de Gestão Pública encontram, assim, espaços locais para qualificação em nível de pós-graduação. Enquanto ainda matriculados no Curso, os estudantes têm a oportunidade de participar de eventos promovidos pela Pós-Graduação, partilhar grupos de pesquisa com pós-graduandos e acompanhar defesas de trabalhos de conclusão.

É importante destacar, por fim, que o corpo docente do Curso de Gestão Pública possui grande experiência com a pós-graduação *stricto sensu*. A maioria dos professores atua nos cursos de Mestrado oferecidos pelo CCSO, bem como de outras unidades acadêmica da UFPel (Programa de Mestrado/Doutorado em Sociologia) e de outras instituições públicas (Programa de Mestrado em Administração e Programa de Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG).

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A tecnologia como suporte ao processo de ensino-aprendizagem é bastante relevante no contexto do Curso de Gestão Pública. Informações relacionadas à estrutura do Curso, docentes, avisos, documentos, além de informações pertinentes à comunidade em geral, podem ser acessadas através do sítio eletrônico institucional do Curso (<https://wp.ufpel.edu.br/gestaopublica/>). Recentemente, a UFPel também disponibilizou informações relativas a professores, matriz curricular e projetos através de seu portal

institucional, na seção destinada ao Curso de Gestão Pública (<https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/5110>). O Curso também oferece, através de plataforma da UFPel, o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que está disponível para uso pelos docentes e discentes (<https://moodle.ufpel.edu.br>) como apoio às disciplinas presenciais. Recentemente, uma nova versão do AVA tem sido utilizada pela UFPel nas disciplinas (<https://e-aula.ufpel.edu.br/>), também mediada pelo uso de ferramenta institucional de videoconferência (<http://webconf.ufpel.edu.br/>).

No Curso de Gestão Pública, o uso de tecnologias de informação e comunicação é previsto nas unidades curriculares, uma vez que a maioria delas possui 1 (um) crédito em EaD. A carga horária EaD é regulamentada pela Portaria do MEC nº 2117 de 06/12/2019 (MEC, 2019). Tanto as atividades à distância quanto o suporte digital às disciplinas presenciais são efetivados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal de Pelotas. Além disso, vale destacar que a matriz curricular contempla a disciplina obrigatória *Gestão da Informação no Setor Público*, espaço em que os alunos podem refletir sobre a utilização de ferramentas auxiliares de apoio à gestão, capacitando-os para a administração de sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão.

Em relação à infraestrutura em tecnologias de informação e comunicação, os alunos, técnicos professores têm à disposição computadores em sala de aula com equipamentos *datashow*; redes de internet sem fio nas salas de aula e espaços comuns do CCSO; salas de estudo com computadores na biblioteca e em laboratórios de informática. Destaca-se também o acesso facilitado à biblioteca digital da UFPel através do sistema *Pergamum* (<https://pergamum.ufpel.edu.br/>), permitindo aos alunos a consulta do acervo físico e digital, empréstimo e renovação de livros, além de acesso aos periódicos da CAPES (também disponível através do website da UFPel).

O relacionamento com os discentes do Curso (disciplinas, notas, mensagens, presença, entre outros atributos) é mediado através da plataforma institucional Cobalto (<https://cobalto.ufpel.edu.br/>). Deste modo, os discentes podem ter acesso às informações relacionadas ao seu dia a dia na instituição, permitindo também a comunicação e documentação de mensagens com os professores e entre os próprios discentes. Essa plataforma permite a gestão educacional, além de possibilitar o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Outra tecnologia institucional a ser destacada é o Sistema

Eletrônico de Informação (SEI – <https://sei.ufpel.edu.br/>), permitindo que os processos relacionados a discentes, docentes e técnicos administrativos possam ser tramitados digitalmente de maneira ágil e transparente, além de estar vinculado a órgãos superiores da UFPel.

10. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Os *Ambientes Virtuais de Aprendizagem*, mais conhecidos por AVA, têm origem na língua inglesa como *Learning Management System* ou LMS. Esses ambientes são softwares elaborados para ajudar os professores a disponibilizar e gerenciar conteúdos para seus alunos, além de permitir o acompanhamento constante do progresso dos estudantes. Geralmente, são utilizados como plataforma principal para EaD ou como ferramenta complementar às aulas presenciais.

O Moodle (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*) é um dos sistemas classificados como AVA, pois permite a implementação de cursos na modalidade a distância, bem como auxiliar as disciplinas e cursos presenciais, possibilitando a gestão da aprendizagem e de trabalhos colaborativos. Outra característica do Moodle é a flexibilidade de configurar e disponibilizar conteúdos, recursos e atividades de forma simples e rápida.

Em 2020, a UFPel adotou o sistema e-Aula, que usa como base a plataforma Moodle, estando integrado ao sistema administrativo e acadêmico Cobalto, que é próprio da UFPel. O e-Aula representa avanços em termos de atualização, espaço, interação e integração com outros sistemas, em relação ao AVA utilizado anteriormente. Conforme aponta a UFPel (2021, s/p) o E-aula “(...) apresenta algumas facilidades e vantagens como: *login* integrado (mesmo usuário e senha do Cobalto), migração automatizada dos professores e dos alunos diretamente do Cobalto, integração com o sistema de webconferência da UFPel entre outras que estão sendo desenvolvidas”.

É importante ressaltar que o e-Aula está em consonância com os referenciais de qualidade da EaD e respectivas Diretrizes e Normas Nacionais, de forma a proporcionar recursos acadêmicos, pedagógicos e tecnológicos envolvidos na relação de mediação e cocriação dos processos de ensino e aprendizagem entre discentes e docentes. Para além

disso, outras ferramentas e plataformas podem ser utilizadas para complementação das atividades, desde que acordadas com os estudantes.

Destaca-se que a UFPel possui o NUPED – Núcleo de Políticas de Educação a Distância, disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/nuped/>, que presta todo o suporte a alunos e docentes, elabora materiais didáticos de apoio e oferece apresentações, cursos e treinamentos em tecnologias de informação e comunicação. Um exemplo de material é o Manual de Apoio ao Webconf (<https://wp.ufpel.edu.br/files/2021/03/Manual-do-WebConf.pdf>) que ajuda sobremaneira aos docentes no uso de tecnologias educativas. No que tange ao E-aula tem-se, também, o Guia Docente para Uso da Plataforma E-aula (<https://wp.ufpel.edu.br/nate/files/2020/09/Guia-Docente.pdf>), que auxilia todos os docentes nessa nova tecnologia.

Seguindo a Resolução nº 27 de setembro de 2017 (UFPEL, 2017), o Curso segue as prerrogativas no que tange aos Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino à Distância da UFPel. Nesse sentido, fica assegurado que as atividades à distância, previstas neste PPC, encontram-se em harmonia com as prerrogativas das possibilidades de ampliação e complementação da aprendizagem dos envolvidos. Nas disciplinas parcialmente à distância são pensadas atividades que permitam haver conteúdo, meios, resposta, presença e avaliação, sempre pensando nas questões de acessibilidade e inclusão, em especial no que se refere às tecnologias assistivas. Para todas as atividades previstas nesta modalidade, as discussões e apresentações de como elas irão ocorrer ao longo do semestre devem constar no plano de ensino da disciplina e contar com o registro das atividades por meio de disciplinas criadas no E-aula.

A UFPel lançou, ainda, em alternativa ao AVA Institucional, o E-projeto, disponível em <https://e-projeto.ufpel.edu.br/>. O objetivo é promover a articulação entre Ensino, Pesquisa e a Extensão, foi desenvolvido o servidor e-PROJETO para oferta de ações em educação online, e visa a qualificar o serviço prestado pelo AVA Institucional para oferta de cursos e outras atividades vinculadas. O E-Projeto usa a base Moodle e serve para a criação de cursos e disciplinas. A integração entre o Cobalto e o E-projeto se dá de forma similar ao que foi realizado entre o Cobalto e o E-aula. O E-projeto usa a base de projetos unificados no Cobalto.

11. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

De acordo com o art. 4º da Portaria n. 2.117/2019, a “oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino da disciplina”. A utilização do ambiente virtual de aprendizagem AVA durante a oferta de componentes curriculares pode ser acompanhada através da atuação de monitores/tutores, que auxiliam os alunos na resolução de exercícios, atividades, questionários, entre outros. No Curso de Gestão Pública, a função de tutoria será realizada pelos próprios professores; os monitores, por sua vez, serão selecionados através de editais específicos de monitoria.

Alguns dos conhecimentos necessários para as atividades de tutoria envolvem informática básica, a plataforma do ambiente virtual de ensino-aprendizagem, conhecimento pleno da disciplina ministrada, boa comunicação, competências comportamentais de organização e planejamento e competências pedagógicas socioafetivas. Para que a tutoria ocorra da forma mais efetiva para o processo de ensino-aprendizagem, algumas atitudes importantes que os docentes devem ter são: acompanhar a aprendizagem dos alunos e auxiliar no acesso ao material e a realização de atividades; desempenhar um papel pedagógico e intelectual, que envolve incentivar a pesquisa, fazer perguntas, relacionar comentários, coordenar discussões, sintetizar seus pontos principais, encorajando assim os estudantes a construção do conhecimento; o docente desempenhará também um papel social, sendo responsável pelo contato regular com a turma, oferecer *feedback* rápido, construir um senso de comunidade na turma na qual está auxiliando; auxiliar ainda na interpretação do material visual e de multimídia, desempenhando um papel tecnológico.

As atividades de tutoria são essenciais também para nivelamento de estudantes em disciplinas básicas e também para a introdução dos mesmos ao uso de tecnologias de informação e comunicação. Os monitores podem contabilizar a carga horária desenvolvida em atividades de monitoria como atividade complementar, mediante o

encaminhamento do Relatório de Atividades devidamente assinado pelo professor orientador ao Colegiado do Curso. Nesse sentido, os docentes que atuam no Curso são incentivados a participarem de editais internos de projetos de monitoria – remunerada ou voluntária.

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O quadro de professores do Curso de Gestão Pública é composto por 16 docentes do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais, sendo 13 Doutores e 3 Doutorandos. A equipe possui uma formação multidisciplinar, em áreas como Administração, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, Direito, Educação, Filosofia, Memória e Patrimônio e Sociologia. Na sequência, apresenta-se a tabela de professores, suas respectivas áreas de atuação e posição na Carreira do Magistério Superior Federal

TABELA 5: DOCENTES DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

DOCENTE	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CLASSE
Alisson Eduardo Maehler	Doutor em Administração	UFRGS	ASSOCIADO
Caroline Casali	Doutora em Ciências da Comunicação	UNISINOS	ADJUNTO
Daniel Lena Marchiori Neto	Doutor em Direito	UFSC	ADJUNTO
Dary Pretto Neto	Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural	UFPeI	ADJUNTO
Elvis Silveira Martins	Doutor em Administração e Turismo	UNIVALI	ASSOCIADO
Fabiano Milano Fritzen	Mestre em Educação Ambiental	FURG	ADJUNTO
Flavia Braga de Azambuja	Mestre em Engenharia de Produção	UFSC	ADJUNTO
Francine Pinto da Silva Joseph	Mestre em Ciências Sociais	UFPeI	ASSISTENTE
Isabel Cristina Rosa Barros Rasia	Doutora em Administração	UCS	ADJUNTO
Luciana Fiorentino Novo	Doutora em Educação	UFRGS	ADJUNTO
Marcio Barcelos	Doutor em Sociologia	UFRGS	ADJUNTO
Marcio Silva Rodrigues	Doutor em Administração	UFSC	ASSOCIADO
Paulo Cesar Neves Barboza	Mestre em Direito	UFSC	ADJUNTO

Rodrigo Serpa Pinto	Doutor em Administração	UFSC	ASSOCIADO
Rosana da Rosa Portella Tondolo	Doutora em Administração	UNISINOS	ADJUNTO
Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo	Doutor em Administração	UNISINOS	ADJUNTO

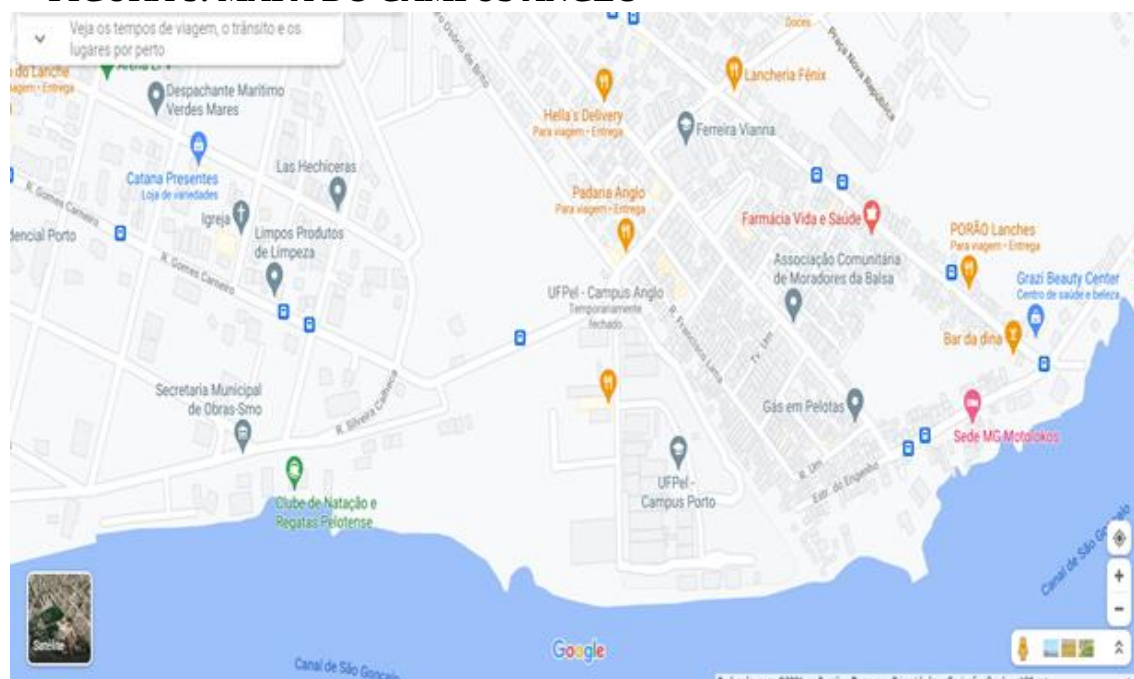
O Curso conta ainda com os seguintes servidores técnico-administrativos:

- a) **André Barbosa da Cruz:** Graduação em Direito (UFPel), Assistente em Administração;
- b) **Christian Manetti Geisler:** Graduação em Matemática (UFPel), Auxiliar Administrativo;
- c) **Yuri Serafim da Silva:** Graduação em Direito (UFPel), Auxiliar Administrativo.

III - INFRAESTRUTURA

O Curso de Gestão Pública se situa no 4º andar do Bloco B do Campus Anglo da UFPel, ocupando salas próprias pertencentes ao CCSO e outras salas de aula compartilhadas com cursos da universidade. O Campus Anglo é o campus mais recente da UFPel, adquirido após o ano de 2008. Situa-se no centro da cidade de Pelotas/RS, na zona portuária e próximo de outros campi da UFPel, como Centro de Artes, Instituto de Ciências Humanas, Centro de Engenharias, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Possui fácil acesso através da rua Gomes Carneiro e conta com linhas de ônibus de transporte público e do transporte de apoio da UFPel.

FIGURA 5: MAPA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: Imagem do Google (2021).

FIGURA 6: PRÉDIOS DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

Especificamente no que se refere ao Campus Anglo, encontram-se inúmeras comodidades, como cafeteria, restaurante universitário (com custos reduzidos a alunos e servidores), biblioteca com salas de estudo em grupo e individuais (Biblioteca do Campus Anglo), bicicletário, auditórios e salas de reuniões. Possui áreas verdes, vista para o Canal São Gonçalo, estacionamento fechado, segurança e acessibilidade. O acesso ao 4o. andar do Campus Anglo se dá por duas escadas (uma interna e uma externa) e por dois elevadores. Existem portas corta-fogo, extintores de incêndio e iluminação de emergência. Recentemente a UFPEl instalou escadas de emergência na área externa, de metal, e também obteve licenciamento ambiental para o Campus Anglo (UFPEL, 2019).

FIGURA 7: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO



Fonte: CCS.

O Centro de Ciências Sócio-Organizacionais é composto pelo Conselho, Direção, Direção Adjunta, por duas Câmaras: a Câmara de Ensino e Extensão e a Câmara de Pesquisa e Inovação, além de duas Secretarias: Secretaria Acadêmica e Secretaria Administrativa, e os Colegiados do Curso de Graduação e Pós-Graduação.

Estão à disposição do Curso de Gestão Pública: sala da Comissão de Ensino e Extensão; sala da Comissão de Pesquisa e Inovação; gabinete da direção do CCSO e sala de secretaria da unidade; sala de professores com salas individuais para orientação e copa, destinada ao uso compartilhado dos professores que usam o 4º andar do bloco B do Campus Anglo; sala dos coordenadores da graduação, utilizada pelos coordenadores dos cursos de graduação do CCSO, bem como a secretaria em anexo que conta com 3 (três) servidores técnicos administrativos; duas salas de pesquisa e pós-graduação que são de uso exclusivo e administradas pelo CCSO; sala da Empresa Júnior do Curso de Administração – Emad Jr.; sala dos coordenadores de pós-graduação do Centro, equipada com computadores para cada coordenador, com sala anexa para reuniões com mesa e cadeiras; laboratório de informática do 4º andar, compartilhado com outros cursos alocados no mesmo prédio.

FIGURA 8: BIBLIOTECA DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

O CCSO possui, também, dois laboratórios, equipados com computadores e *notebooks* conectados à internet, com acesso ao portal de periódicos da CAPES, provido pela instituição, além de outros equipamentos, como *scanner*, impressora, máquinas fotográficas, filmadora e livros. Os laboratórios são: Laboratório de Estudos Históricos, Educacionais e Socioculturais do Turismo – LABETUR, que tem por objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que se dediquem aos aspectos relacionados aos diferentes campos do fenômeno turístico, do lazer e da hospitalidade, a partir das perspectivas histórica, social, cultural e educacional; Laboratório de Planejamento e Gestão do Turismo – LAPGETUR, que tem por objetivo promover o conhecimento aplicado do planejamento e gestão do turismo, construindo oportunidades de aprimoramento teórico-prático aos discentes e docentes, comprometidos com os valores da ética e da responsabilidade socioambiental no turismo. As temáticas dos projetos abrangem o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade; a gestão ambiental no turismo; cadeias produtivas, redes de cooperação e *clusters*; formulação estratégica para o turismo e marketing.

Recentemente, todas as salas do CCSO foram climatizadas com ar condicionado do tipo *split*. As salas são padrão com 50 lugares, todas equipadas com computadores *desktops* e *data show*, bem como acesso à rede *wifi* do campus. A comunidade do CCSO dispõe, ainda, de espaço de convivência com mesas e cadeiras em madeira.

Estão à disposição do Curso de Gestão Pública, também, dois auditórios no 4º do Campus Anglo, com aproximadamente 90 lugares cada, ambos climatizados; banheiros masculino e feminino (2 deles exclusivos a servidores), copa para servidores (anexa à reitoria) e duas salas com capacidade para 70 alunos.

FIGURA 9: AUDITÓRIO NO 4º ANDAR DO CAMPUS ANGLO



Fonte: CCS.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B. de. AMBONI, N. **Gestão de Cursos de Administração**. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Brasília: Presidência da República, 1999.

_____. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2002.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.

_____. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. Decreto-Lei n. 750, de 8 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1969.

_____. Decreto Presidência da República n. 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília: Presidência da República, 1969.

_____. Decreto Presidência da República n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2004.

_____. Decreto Presidência da República n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Presidência da República, 2005.

_____. Decreto Presidência da República n. 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 2017.

_____. Despacho do MEC, de 24 de Dezembro de 2020. **Homologa o Parecer CNE/CES n. 498/2020, da Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que trata da proposta de prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, consoante Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo n. 23000.000601/2020-60**. Brasília: MEC, 2020.

_____. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE, 2004.

_____. Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências**. Brasília: CONAES, 2010.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: CNE, 2012.

_____. Resolução CNE/CP n. 02, de 15 de junho de 2012. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: CNE, 2012.

_____. Resolução CNE/CP n. 01, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: CNE, 2021.

_____. Documento MEC/SERES/SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3 ed. Brasília: MEC, 2016.

_____. Resolução MEC/CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Portaria MEC n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. **Revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema das modalidades de ensino (semipresencial/a distância)**. Brasília: MEC, 2016.

_____. Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino**. Brasília: MEC, 2019.

_____. Documento MEC/INEP/DAES/SINAES, de outubro de 2017. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento**. Brasília: MEC, 2017.

COELHO, F.S.; ALMEIDA, L.S.; MIDDLEJ, S.; SCHOMMER, P.C. TEIXEIRA, M.A. O Campo de Públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios (2015-2020). **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 21, nº 3, p. 488-529, 2020.

COLLOR, N. **Metodologias ativas**: o que são, quais as mais famosas e como aplicar. Disponível em: <https://bloga.grupoa.com.br/category/metodologias-ativas/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília: INEP, 2015.

LIMEIRA, Míriam Silvestre. O cineclube e a educação emancipatória. **Universitas Humanas**, vol. 12, n. 1-2, p. 91-97, jan./dez. 2015.

MOGRA, Imran. Role Play in Teacher Education: is there still a place for it. **Teacher Education Advancement Network Journal**, vol. 4, n. 3, p. 4-15, 2012.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas.** Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em: 20 agosto 2021.

SHUKLA, Priyadarshi R.; et al. **The IPCC's first virtual Lead Author Meeting: an evaluation by the Technical Support Unit of Working Group III of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2020/07/IPCC-WG-III-TSU-Report-Evaluating_the_IPCCs_first_Virtual_Lead_Author_Meeting.pdf. Acesso em: 20 agosto 2021.

UFPel. **Estatuto da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 1969.

_____. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2003.

_____. Resolução CONSUN n. 49, de 30 de março de 2021. **Resolve criar “ad referendum” o Centro de Ciências Sócio-Organizacionais – CCSO, suas Câmaras e seu Núcleo Administrativo** – Pelotas, 2021.

_____. Resolução COCEPE n. 02, de 01 de fevereiro de 2006. **Regulamenta o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel** – Pelotas, 2006.

_____. Resolução COCEPE n. 03, de 08 de junho de 2009. **Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios, concedidos pela UFPel** – Pelotas, 2009.

_____. Resolução COCEPE n. 04, de 08 de junho de 2009. **Normatiza os estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por alunos da UFPel** – Pelotas, 2009.

_____. Resolução COCEPE n. 14, de 12 de junho de 2014. **Altera os artigos das Resoluções 03/2005 e 14/2010** – Pelotas, 2014.

_____. Resolução COCEPE n. 10, de 19 de fevereiro de 2015. **Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pelotas UFPel** – Pelotas, 2015.

_____. Resolução CONSUN n. 66, de 21 de dezembro de 2021. **Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel – PDI – 2022-2026 da UFPel** – Pelotas, 2021.

_____. Resolução CONSUN n. 08, de 21 de julho de 2016. **Aprova o Plano Institucional de Acessibilidade na Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2016.

_____. Resolução COCEPE n. 27, de 14 de setembro de 2017. **Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância** – Pelotas, 2017.

_____. Resolução COCEPE/PRE n. 29, de 13 de setembro de 2018. **Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

_____. Resolução COCEPE n. 22, de 19 de julho de 2018. **Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2018.

_____. UFPel. Resolução COCEPE n. 30, de 03 de fevereiro de 2022. **Dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e dá outras providências** – Pelotas, 2022.

_____. Documento PRE/CEC, de março de 2019. **Diretrizes para a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da UFPel** – Pelotas, 2019.

_____. Documento PREC, de 02 de maio de 2019. **Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas** – Pelotas, 2019.

APÊNDICE 1 - Modelo de Requerimento de Atividades Complementares



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CENTRO DE CIÊNCIAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

REQUERIMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nome Completo do Estudante

Número de Matrícula

Data

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	HORAS	PÁG.
ENSINO: Participação como ouvinte da Aula Magna da Professora Laura Carvalho ¹³	2	1
ENSINO: Voluntário do projeto “Gestão Pública em Foco”	30	3
EXTENSÃO: Participante do projeto “Coisa Pública – blog de gestão pública da UFPel”	30	4
PESQUISA: Bolsista de Iniciação Científica do Projeto “Políticas Públicas no Brasil: experiências e expectativas”	40	6
REPRESENTAÇÃO DISCENTE: Representante Titular do Colegiado do Curso de Gestão Pública	4	8
REPRESENTAÇÃO DISCENTE: Representante Titular no Conselho do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais	14	10
TOTAL	120	

¹³ Os preenchimentos aqui possuem caráter meramente exemplificativo.

APÊNDICE 2 – Relatório Referendado de Bibliografias



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

Aos 08 dias do mês de novembro do corrente ano de 2021, realizou-se a quarta reunião do ano do Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. O item único versou sobre o Relatório Referendado de Bibliografias do novo Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Pública, nos termos do art. 2º inciso IX da Resolução COCEPE 22/2018. Neste sentido, o relator, prof. Dr. Daniel Lena Marchiori Neto, informou que, após uma análise criteriosa, constatou que as bibliografias constantes na caracterização das disciplinas do novo PPC são pertinentes e atualizadas, sendo boa parte delas pertencente ao acervo digital da Biblioteca da UFPel. Destacou a importância da inclusão de referências sobre meio ambiente, sustentabilidade, inclusão, direitos humanos, relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, presentes em diversas disciplinas. Consultados os membros do NDE, todos acataram o parecer do relator, constando aprovado por unanimidade o documento 1490764. Nada mais havendo a tratar, lavrou a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LENA MARCHIORI NETO**, **Coordenador de Curso de Graduação, Colegiado do Curso de Gestão Pública**, em 08/11/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA BRAGA DE AZAMBUJA**, **Coordenadora de Curso de Graduação, Colegiado do Curso de Administração**, em 08/11/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO BARCELOS**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 08/11/2021, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DARY PRETTO NETO**, **Professor do Magistério Superior/Adjunto**, em 08/11/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SERPA PINTO**, **Professor do Magistério Superior/Assoc./Tit.**, em 08/11/2021, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1490756** e o código CRC **4A513904**.